

O financiamento das Universidades Federais: alguns apontamentos

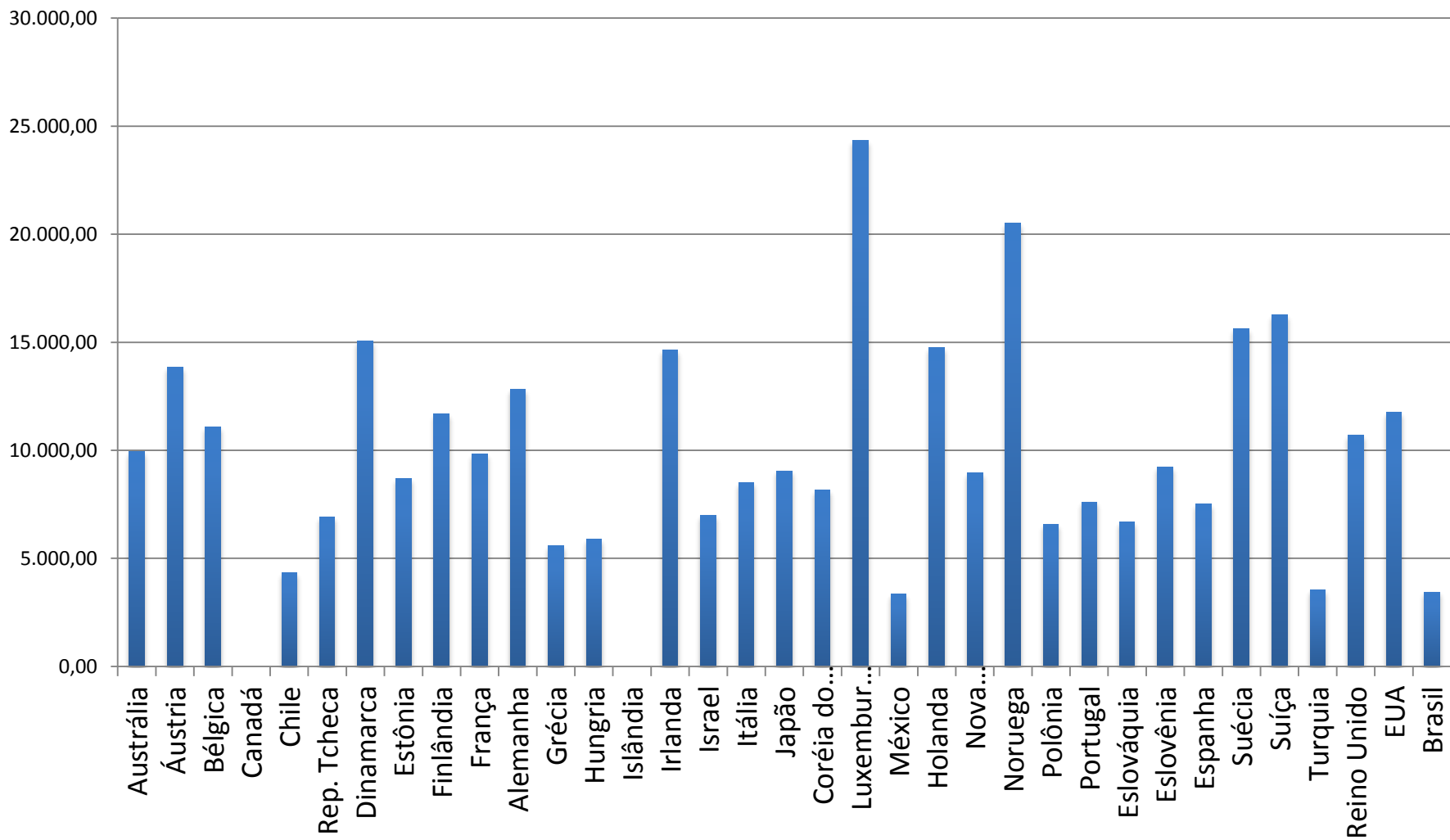


Nelson Cardoso Amaral – UFG

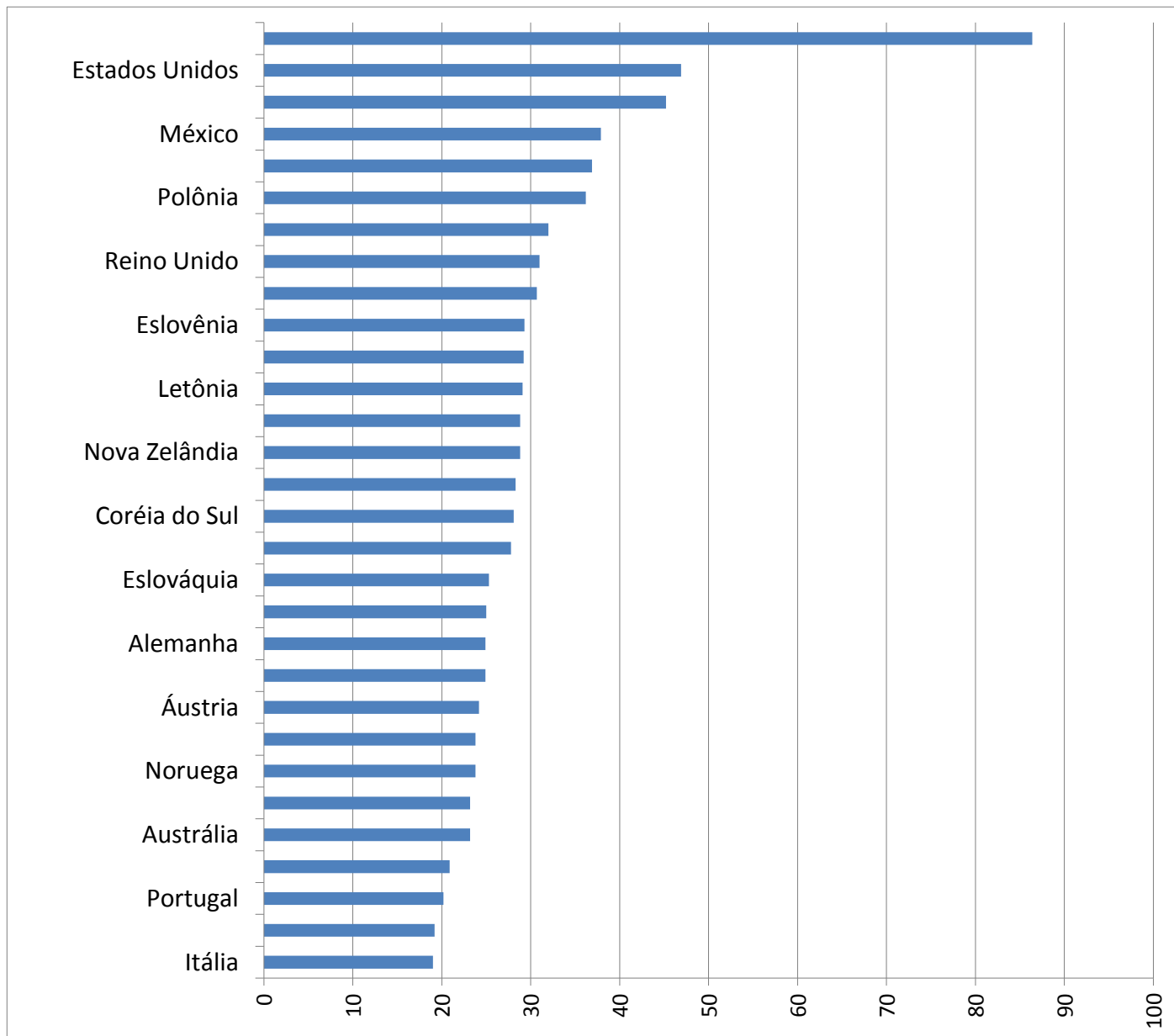
setembro/2017

O Gasto por aluno

País	% PIB em Educação	PIB/PPP (US\$ bi)	Valor aplicado em educação (US\$/PPP bi)	Matrículas em 2014	Valor por matrícula
Austrália	5,3	1.189	63,0	6.350.388	9.923,33
Áustria	5,6	417	23,3	1.685.764	13.839,18
Bélgica	6,4	509	32,6	2.942.421	11.062,46
Canadá	5,3	1.674	88,7	-	-
Chile	4,8	436	20,9	4.839.513	4.325,39
Rep. Tcheca	4,1	351	14,4	2.077.981	6.923,50
Dinamarca	8,6	265	22,8	1.513.888	15.042,59
Estônia	4,8	39	1,9	215.086	8.687,87
Finlândia	7,2	226	16,3	1.390.540	11.686,40
França	5,5	2.699	148,4	15.108.534	9.825,24
Alemanha	4,9	3.979	195,0	15.200.566	12.826,56
Grécia	4,1	291	11,9	2.135.361	5.577,75
Hungria	4,2	268	11,2	1.910.466	5.882,96
Islândia	7,8	16	1,3	-	-
Irlanda	5,3	322	17,1	1.166.555	14.629,40
Israel	5,9	297	17,5	2.508.786	6.984,65
Itália	4,2	2.221	93,3	10.977.905	8.497,25
Japão	3,8	4.932	187,4	20.685.190	9.060,40
Coréia do Sul	4,6	1.934	89,0	10.903.460	8.159,24
Luxemburgo	4,1	59	2,4	98.992	24.328,63
México	5,2	2.307	120,0	35.837.809	3.347,41
Holanda	5,6	871	48,8	3.308.654	14.738,56
Nova Zelândia	6,3	175	11,0	1.229.008	8.960,40
Noruega	7,4	365	27,0	1.315.956	20.508,13
Polônia	4,9	1.052	51,5	7.853.798	6.563,45
Portugal	5,3	297	15,7	2.070.283	7.605,87
Eslováquia	4,1	169	6,9	1.034.772	6.688,24
Eslovênia	5,5	68	3,8	407.182	9.232,36
Espanha	4,3	1.690	72,7	9.674.213	7.511,72
Suécia	7,7	498	38,4	2.454.386	15.626,60
Suíça	5,1	496	25,3	1.555.216	16.275,10
Turquia	4,8	1.698	81,5	23.005.509	3.542,80
Reino Unido	5,8	2.788	161,7	15.127.280	10.689,56
EUA	4,9	18.560	909,4	77.230.628	11.775,64
Brasil	6	3.081	184,9	53.746.345	3.439,49



Gasto por aluno como percentual do PIB *per capita*



R
e
v
i
s
t
a
É
p
o
c
a

País	Renda per capita (US\$/PPP)	Percentual da renda per capita como gasto da educação superior (%)	Valor em US\$/PPP por estudante
Brasil	15.200,00	86,4	13.132,80
Estados Unidos	57.400,00	46,9	26.920,60
Canadá	46.400,00	45,2	20.972,80
México	18.900,00	37,9	7.163,10
Chile	24.100,00	36,9	8.892,90
Polônia	27.800,00	36,2	10.063,60
Hungria	27.500,00	32	8.800,00
Reino Unido	42.500,00	31	13.175,00
Rússia	26.500,00	30,7	8.135,50
Eslovênia	32.100,00	29,3	9.405,30
Espanha	36.400,00	29,2	10.628,80
Letônia	25.700,00	29,1	7.478,70
França	42.300,00	28,8	12.182,40
Nova Zelândia	37.300,00	28,8	10.742,40
Finlândia	42.200,00	28,3	11.942,60
Coréia do Sul	37.700,00	28,1	10.593,70
Irlanda	69.200,00	27,8	19.237,60
Eslováquia	31.300,00	25,3	7.918,90
Bélgica	45.000,00	25	11.250,00
Alemanha	48.100,00	24,9	11.976,90
Holanda	51.000,00	24,9	12.699,00
Áustria	48.000,00	24,2	11.616,00
Suécia	49.800,00	23,8	11.852,40
Noruega	69.200,00	23,8	16.469,60
República Tcheca	33.200,00	23,2	7.702,40
Austrália	48.900,00	23,2	11.344,80
Estônia	29.300,00	20,9	6.123,70
Portugal	28.900,00	20,2	5.837,80
Suíça	59.600,00	19,2	11.443,20
Itália	36.800,00	19	6.992,00

**Coluna 2: CIA
WorldFact Book**

**Coluna 3:
Época**

**Coluna 4: Cálculo
Deste estudo**

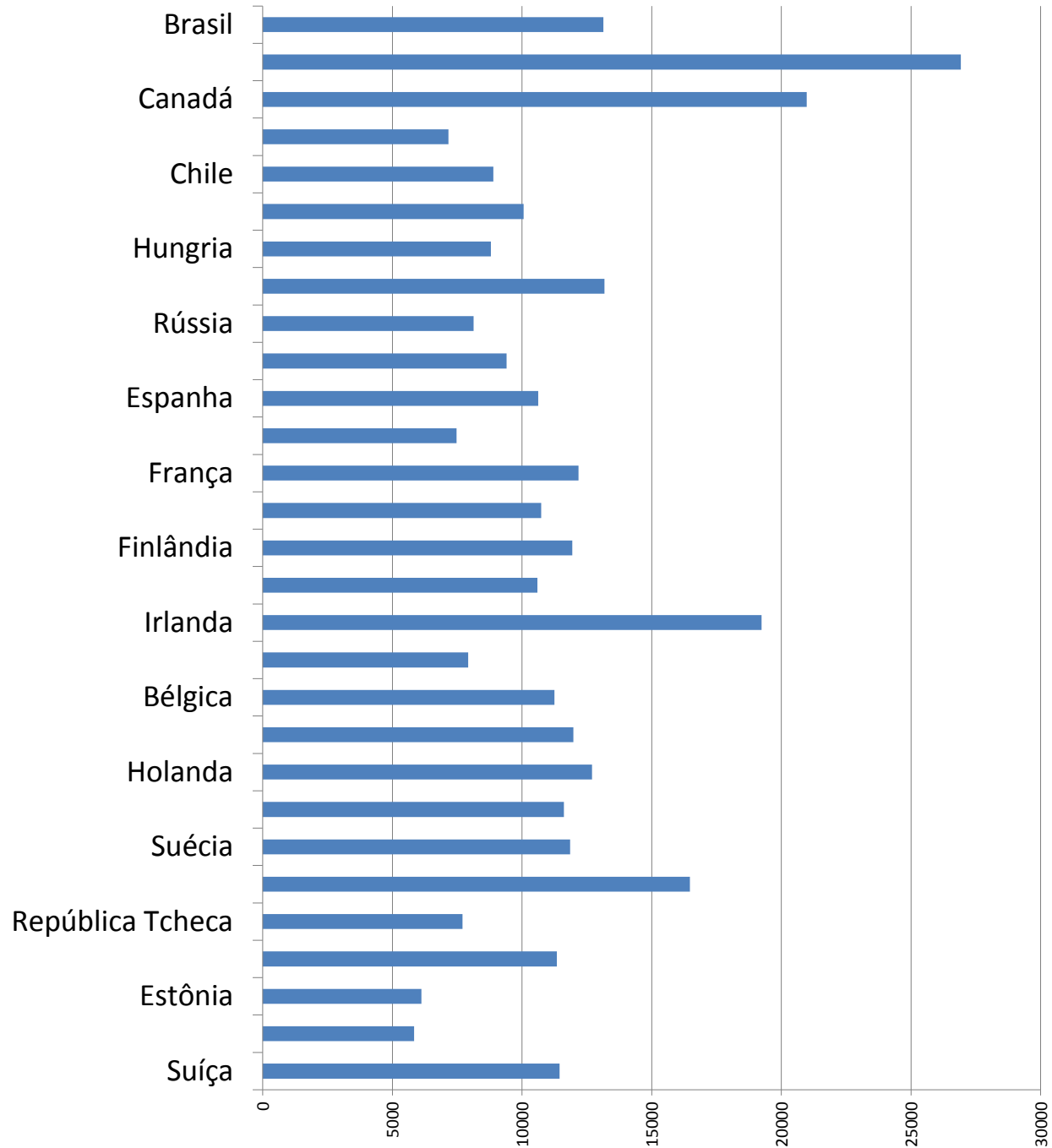
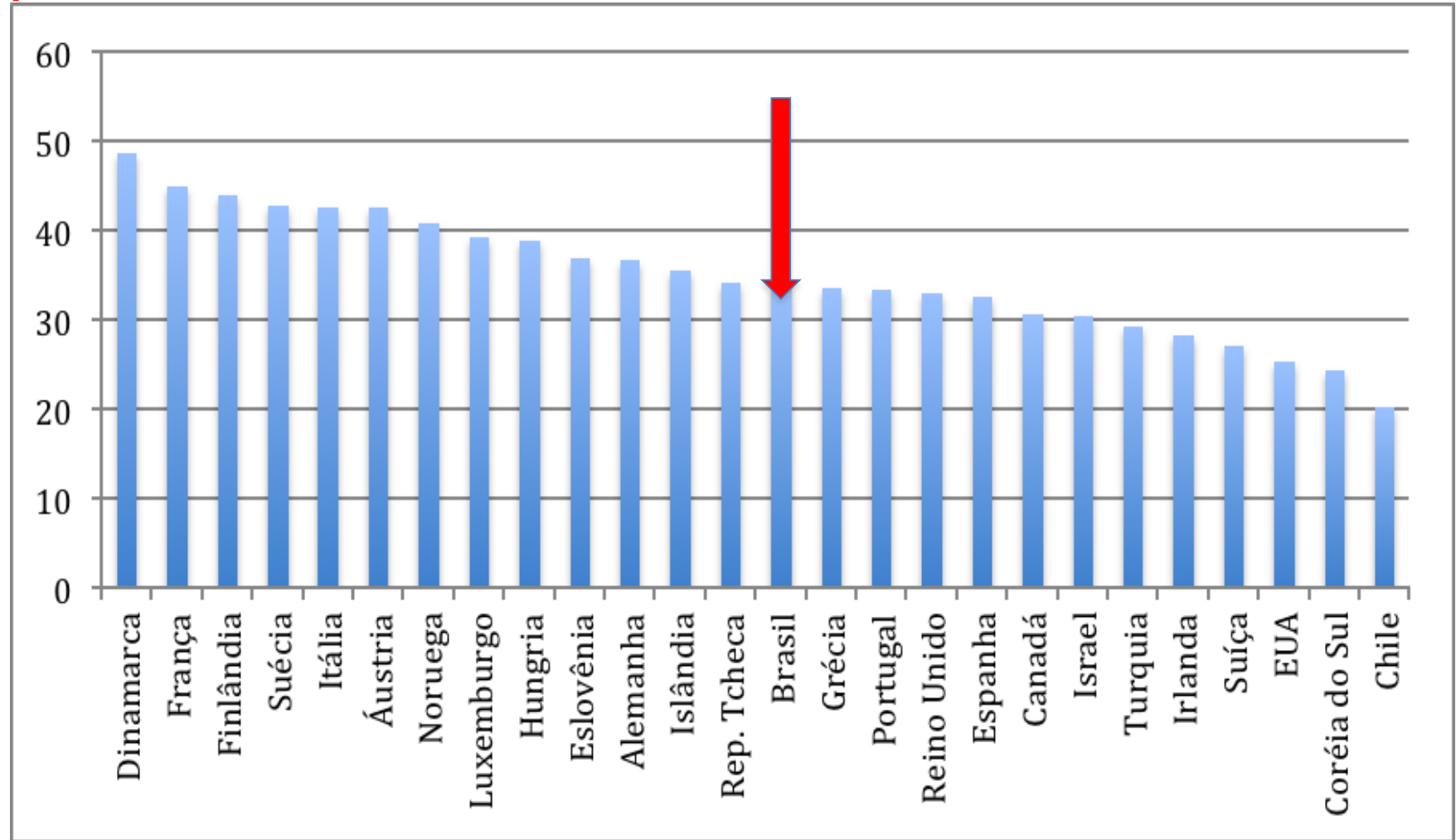


Gráfico 37 – Carga Tributária de diversos países da OCDE e do Brasil como percentuais do PIB, em ordem decrescente

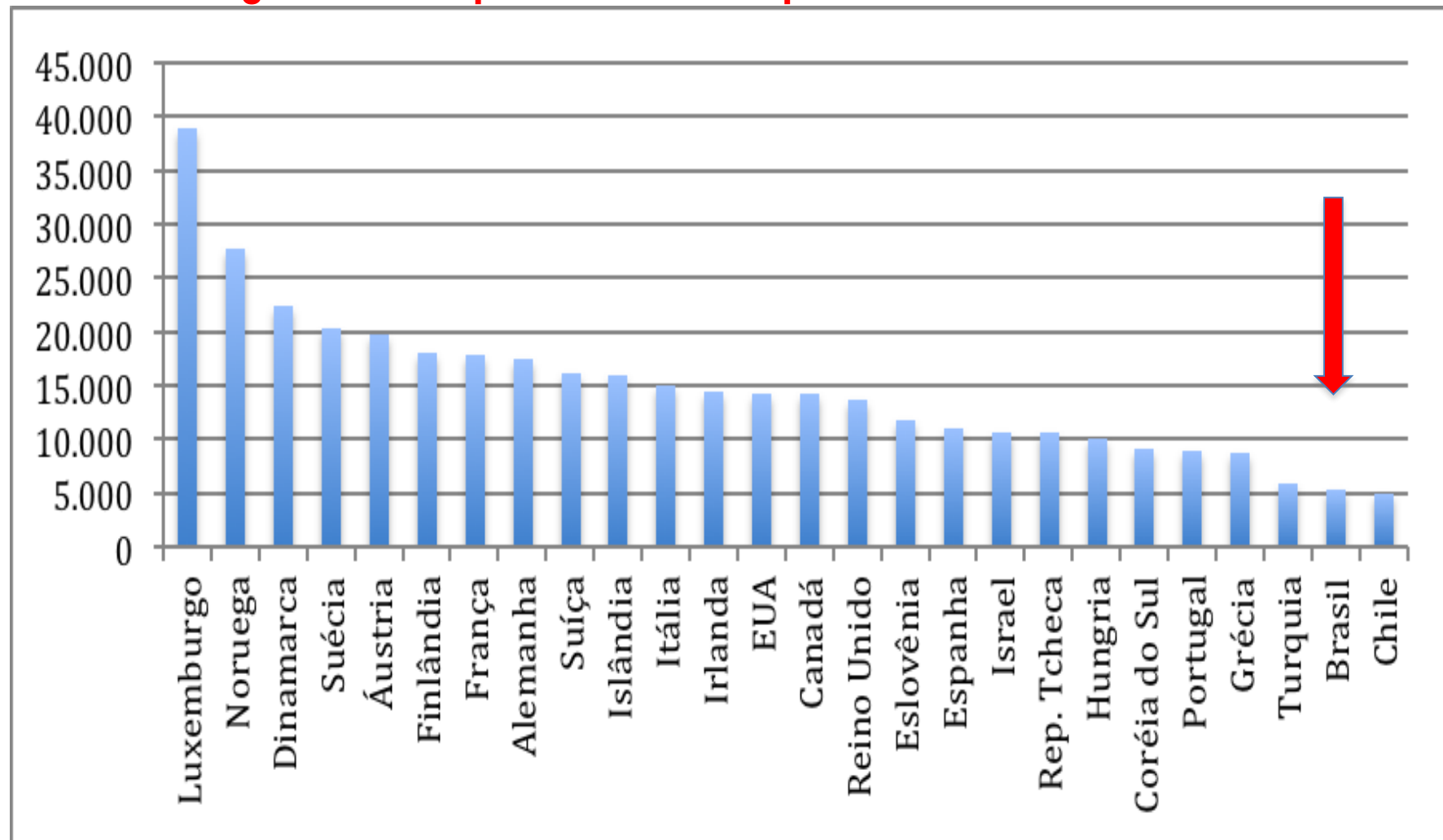


Fonte: (BRASIL.MF, 2016)

Tabela 77 - Carga tributária por habitante em países da OCDE e Brasil

País	Carga Tributaria (% do PIB)	PIB (US\$/PPP)	Valor da Carga (US\$/PPP)	População do País	Carga Tributária/Habitante (US\$/PPP)
Luxemburgo	39,3	56,6	22,24	570.252	39.007
Noruega	40,8	352,8	143,94	5.207.689	27.640
Dinamarca	48,6	257,1	124,95	5.581.503	22.387
Suécia	42,8	467,4	200,05	9.801.616	20.410
Áustria	42,5	403,8	171,62	8.665.550	19.804
Finlândia	44,0	224,7	98,87	5.476.922	18.052
França	45,0	2.647,0	1.191,15	66.553.766	17.898
Alemanha	36,7	3.842,0	1.410,01	80.854.408	17.439
Suíça	27,1	482,7	130,81	8.121.830	16.106
Islândia	35,5	15,0	5,33	331.918	16.043
Itália	42,6	2.174,0	926,12	61.855.120	14.972
Irlanda	28,3	250,3	70,83	4.892.305	14.479
EUA	25,4	17.970,0	4.564,38	321.368.864	14.203
Canadá	30,6	1.628,0	498,17	35.099.836	14.193
Reino Unido	32,9	2.660,0	875,14	64.088.222	13.655
Eslovênia	36,8	63,6	23,40	1.983.412	11.800
Espanha	32,6	1.636,0	533,34	48.146.134	11.077
Israel	30,5	281,8	85,95	8.049.314	10.678
Rep. Tcheca	34,1	331,4	113,01	10.644.842	10.616
Hungria	38,9	257,0	99,97	9.897.541	10.101
Coréia do Sul	24,3	1.849,0	449,31	49.115.196	9.148
Portugal	33,4	288,6	96,39	10.825.309	8.904
Grécia	33,5	281,6	94,34	10.775.643	8.755
Turquia	29,3	1.576,0	461,77	79.414.269	5.815
Brasil	33,7	3.166,0	1.066,94	202.768.562	5.262
Chile	20,2	424,3	85,71	17.508.260	4.895
Fonte: (BRASIL.MF, 2016), (EUA.CIA., 2016) e cálculos deste estudo					

Gráfico 38 Carga tributária por habitante em países da OCDE e Brasil



Fonte: (BRASIL.MF, 2016), (EUA.CIA., 2016) e cálculos deste estudo

O Custo do Aluno

Ano	No. de funções TAES	No. de Vagas	No. de matrículas grad presencial	No. de matrículas grad EAD	No. de matrículas MS+DR	No. de funções docentes com MS ou DR	No. de funções docentes em TI	No. de funções TAE com MS+DR	Média dos conceitos Capes dos Cursos, 1995, 2002 e trienal de 2013
1.995	98.197	95.707	363.194	-	23.352	27.809	34.648	1.100	4,06
2.005	59.632	117.750	554.181	-	58.134	38.303	43.647	1.528	4,08
2.012	93.965	242.126	893.072	88.511	108.995	72.611	71.212	7.742	3,82
2.015	105.839	260.227	996.043	72.058	136.426	83.549	80.245	13.768	3,82

Ano	No. de funções docentes (exec+afast)	
1995	49.949	Variação 1995-2005 = 4,4%
2005	52.236	Variação 2005-2015 = 42,8%
2012	82.366	
2015	91.337	

1) Existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e a quantidade de professores que trabalham em tempo integral nas instituições.

Ano	% Professores em TI	(PES+EXT) TI
1995	69,4	3,5
2005	83,6	4,2
2012	86,5	4,3
2015	87,9	4,4
Máximo = 5%		

2) Existe uma relação direta entre o percentual das despesas que se destinam à pesquisa ou à extensão e o número de mestres e doutores.

Ano		% Professores com MS ou DR	(PES+EXT) PROF MS + DR
	1995	55,7	16,7
	2005	73,3	22,0
	2012	88,2	26,4
	2015	91,5	27,4
Máximo = 30%			

3) Existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e o percentual de alunos de pós-graduação *stricto-sensu* em relação ao total de alunos das instituições – graduação presencial adicionados aos de pós-graduação *stricto-sensu*.

Ano	% Estudantes de MS ou DR	(PES+EXT) EST MS + DR
1995	6,0	0,6
2005	9,5	0,9
2012	10,0	1,0
2015	11,3	1,1
Máximo = 10%		

4) Existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e a avaliação Capes de seus programas de pós-graduação *stricto-sensu*.

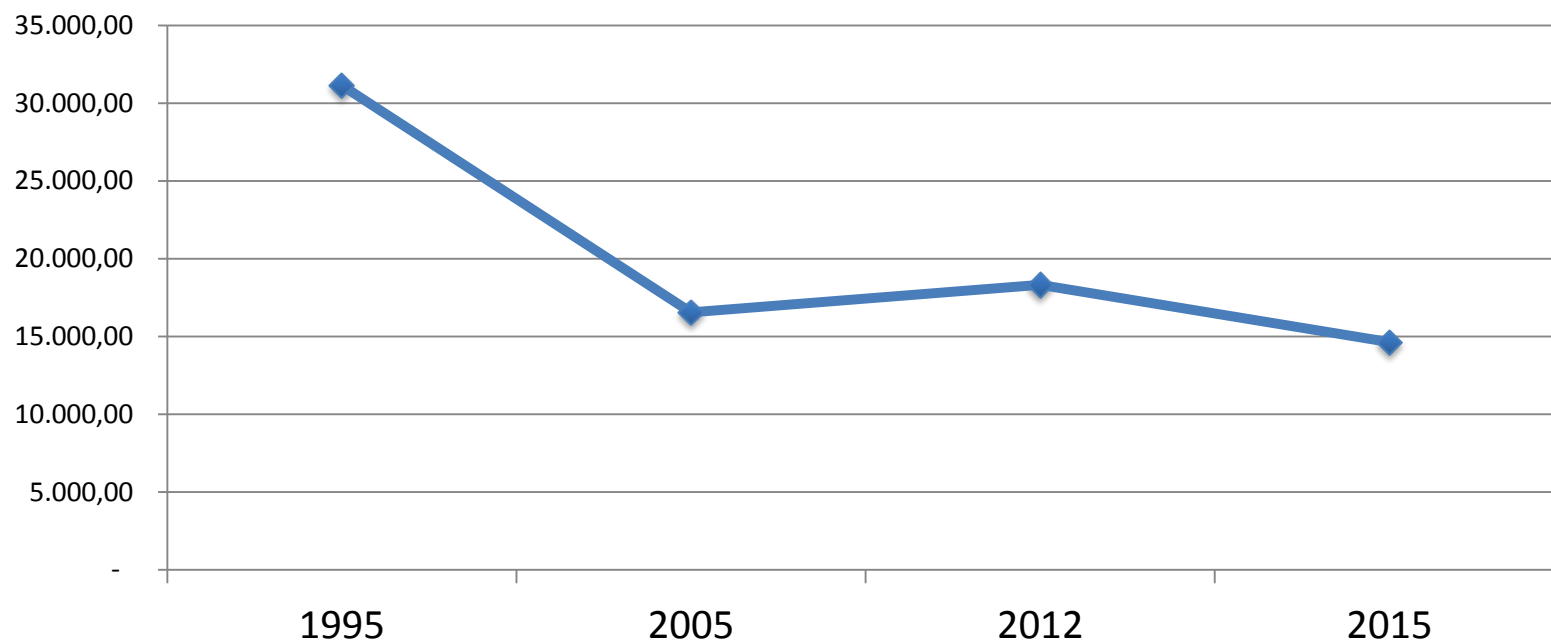
Ano	Média conceitos Capes	(PES+EXT) Capes
1995	4,06	8,98
2005	4,08	9,05
2012	3,82	8,08
2015	3,82	8,08
Máximo = 15%		

Evolução do Custo do Aluno

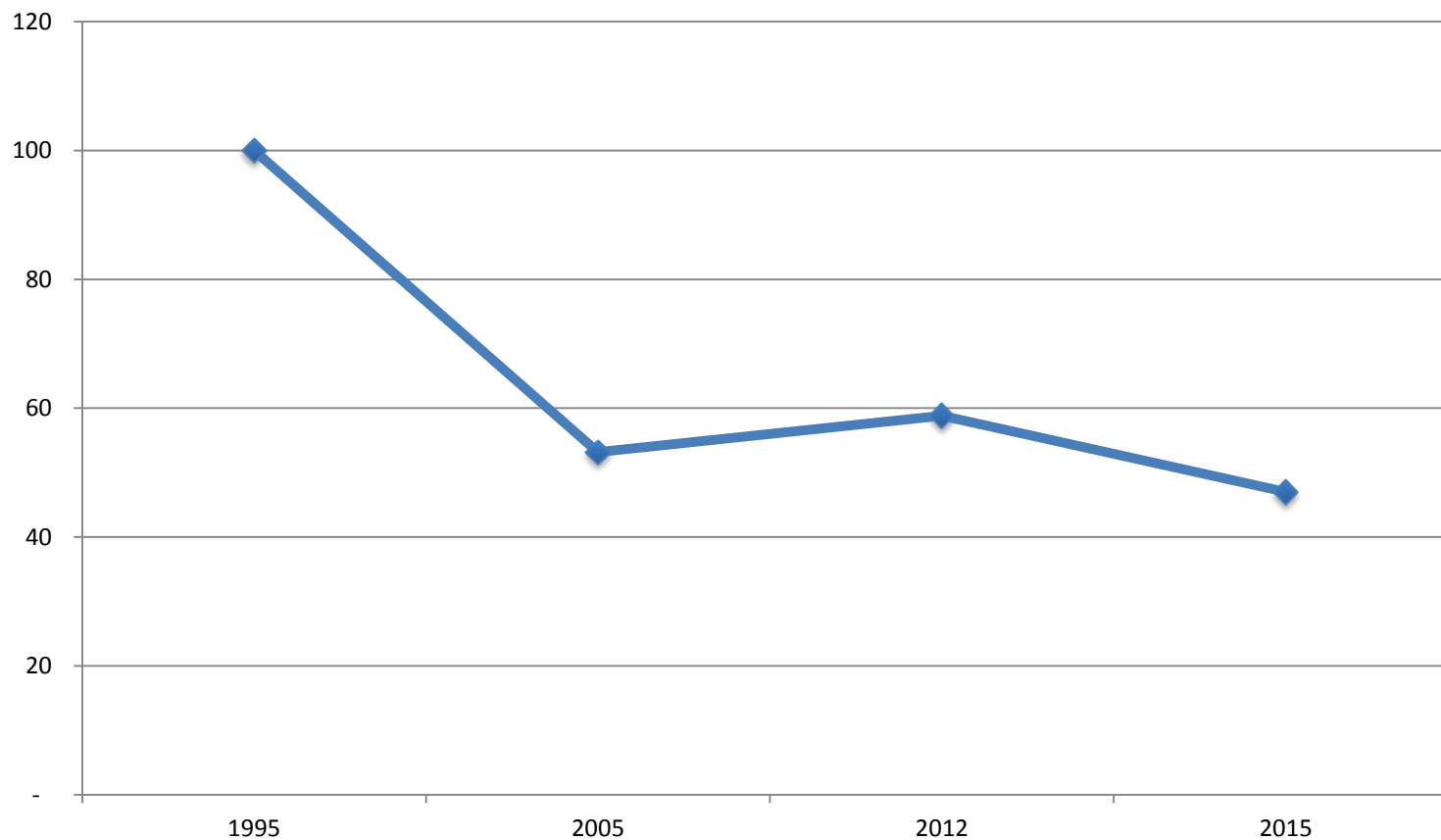
Evolução do Custo do Estudante			
Ano	Recursos financeiros totais, excluídos recursos próprios e aposentados e pensionistas, a preços jan de 2017, IPCA, em R\$milhões para o ensino	Número de Estudantes	CUSTO DO ALUNO
1995	31.128,09	31.128,09	31.128,09
2005	16.551,48	16.551,48	16.551,48
2012	18.312,40	18.312,40	18.312,40
2015	14.628,20	14.628,20	14.628,20

Eficiência? Boa Gestão? Diminuição dos recursos? Expansão exagerada em Relação aos recursos, no período 1995-2005?

Evolução do Custo do Estudante



Evolução do Gasto por Estudante



Qual percentual dos salários das famílias ficariam comprometidos se houvesse a cobrança de mensalidades nas UFs?

IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação nas IFES (2014)

Graduandos segundo Renda Bruta Familiar em faixas salariais em 2014

Faixas Salariais	Percentual
Não tem renda	1,06
Até 1/2 S.M.	1,56
Mais de 1/2 a 1 S.M.	10,58
Mais de 1 a 2 S.M.	23,44
Mais de 2 a 3 S.M.	14,78
Mais de 3 a 4 S.M.	9,32
Mais de 4 a 5 S.M.	8,85
Mais de 5 a 6 S.M.	6,55
Mais de 6 a 7 S.M.	4,6
Mais de 7 a 8 S.M.	2,86
Mais de 8 a 9 S.M.	2,84
Mais de 9 a 10 S.M.	2,96
Mais de 10 S.M.	10,6
TOTAL	100

Fonte: IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES, 2014.

**Valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares (R\$) e
Número de pessoas**

Classes de rendimento mensal familiar	Rendimento Médio (R\$)	Número de pessoas	Percentual
Sem rendimento	-	882.000	0,43
Até 1 S.M.	581,00	23.260.000	11,40
Mais de 1 a 2 S.M.	1.222,00	45.196.000	22,15
Mais de 2 a 3 S.M.	1.957,00	37.087.000	18,18
Mais de 3 a 5 S.M.	3.026,00	44.743.000	21,93
Mais de 5 a 10 S.M.	5.325,00	33.245.000	16,29
Mais de 10 a 20 S.M.	10.544,00	10.784.000	5,28
Mais de 20 S.M.	25.202,00	3.924.000	1,92
Sem declaração	-	4.932.000	2,42
TOTAL		204.053.000	100

Brasil, PNAD 2015: Tabelas 6.1 e 7.3

Número de graduandos e renda bruta familiar média em faixas salariais e rendimento médio em R\$

Faixas Salariais	Número de Estudantes	Rendimento Médio (R\$)
Sem rendimento	11.322	-
Até 1 S.M.	129.667	581,00
Mais de 1 a 2 S.M.	250.363	1.222,00
Mais de 2 a 3 S.M.	157.865	1.957,00
Mais de 3 a 5 S.M.	194.074	3.026,00
Mais de 5 a 10 S.M.	211.591	5.325,00
Mais de 10 a 20 S.M.	72.631	10.544,00
Mais de 20 S.M.	40.588	25.202,00
TOTAL EM 2015	1.068.101	

Fonte: Cálculo deste estudo

O Banco Mundial indica que em torno de **30% dos recursos das instituições públicas de educação superior** poderiam ser obtidos com recursos não oriundos do tesouro

No caso das Universidades Federais seriam recursos da ordem de **R\$ 11 bilhões** em 2015

Mensalidade a ser paga como percentual da Renda Média Familiar		
Faixas Salariais		24,2% do Rendimento Médio
Sem rendimento		Gratuidade
Até 1 S.M.		Gratuidade
Mais de 1 a 2 S.M.		Gratuidade
Mais de 2 a 3 S.M.		473,59
Mais de 3 a 5 S.M.		732,29
Mais de 5 a 10 S.M.		1.288,65
Mais de 10 a 20 S.M.		2.551,65
Mais de 20 S.M.		6.098,88

Fonte: Cálculo deste estudo

Valor total arrecadado das pessoas matriculadas nas UFs, em cada uma das faixas salariais

Faixas Salariais		Valor Arrecadados com os 24,2% do Rendimento Médio
Sem rendimento		Gratuidade
Até 1 S.M.		Gratuidade
Mais de 1 a 2 S.M.		Gratuidade
Mais de 2 a 3 S.M.		897.168.864,65
Mais de 3 a 5 S.M.		1.705.425.626,86
Mais de 5 a 10 S.M.		3.271.997.938,30
Mais de 10 a 20 S.M.		2.223.940.908,85
Mais de 20 S.M.		2.970.486.189,27
TOTAL ANUAL ARRECADADO COM CENSALIDADES		11.069.019.527,92

Fonte: Cálculo deste estudo

Somente dessa forma seria possível arrecadar o equivalente a **30% dos recursos aplicados nas UFs**, ou seja, em torno de **R\$ 11,0 bilhões**.

Portanto, para ter **uma pessoa da família estudando** numa Universidade Federal, a **mensalidade a ser paga deveria ser equivalente a 24,2% da renda bruta familiar**.

A relação aluno/professor

Estudantes de Graduação e de mestrado e doutorado				
	Presencias	EAD	MS+DR	TOTAL
Brasil	6.633.545	1.393.752	326.304	8.353.601
Públicas	1.823.752	128.393	274.010	2.226.155
Federais	1.133.172	81.463	186.508	1.401.143
Estaduais	574.645	43.988	85.883	704.516
Municipais	115.935	2.942	1.619	120.496
Privadas	4.809.793	1.265.359	52.294	6.127.446

Fonte: Censo da Educação Superior 2015 e Geocapes 2015

Federais são todas as IES dessa esfera governamental e não só as UFs.

Professores	
Brasil	401.299
Públicas	174.436
Federais	111.086
Estaduais	55.504
Municipais	7.846
Privadas	226.863

Fonte: Censo da Educação Superior 2015

Relação aluno professor	
Brasil	21
Públicas	13
Federais	13
Estaduais	13
Municipais	15
Privadas	27

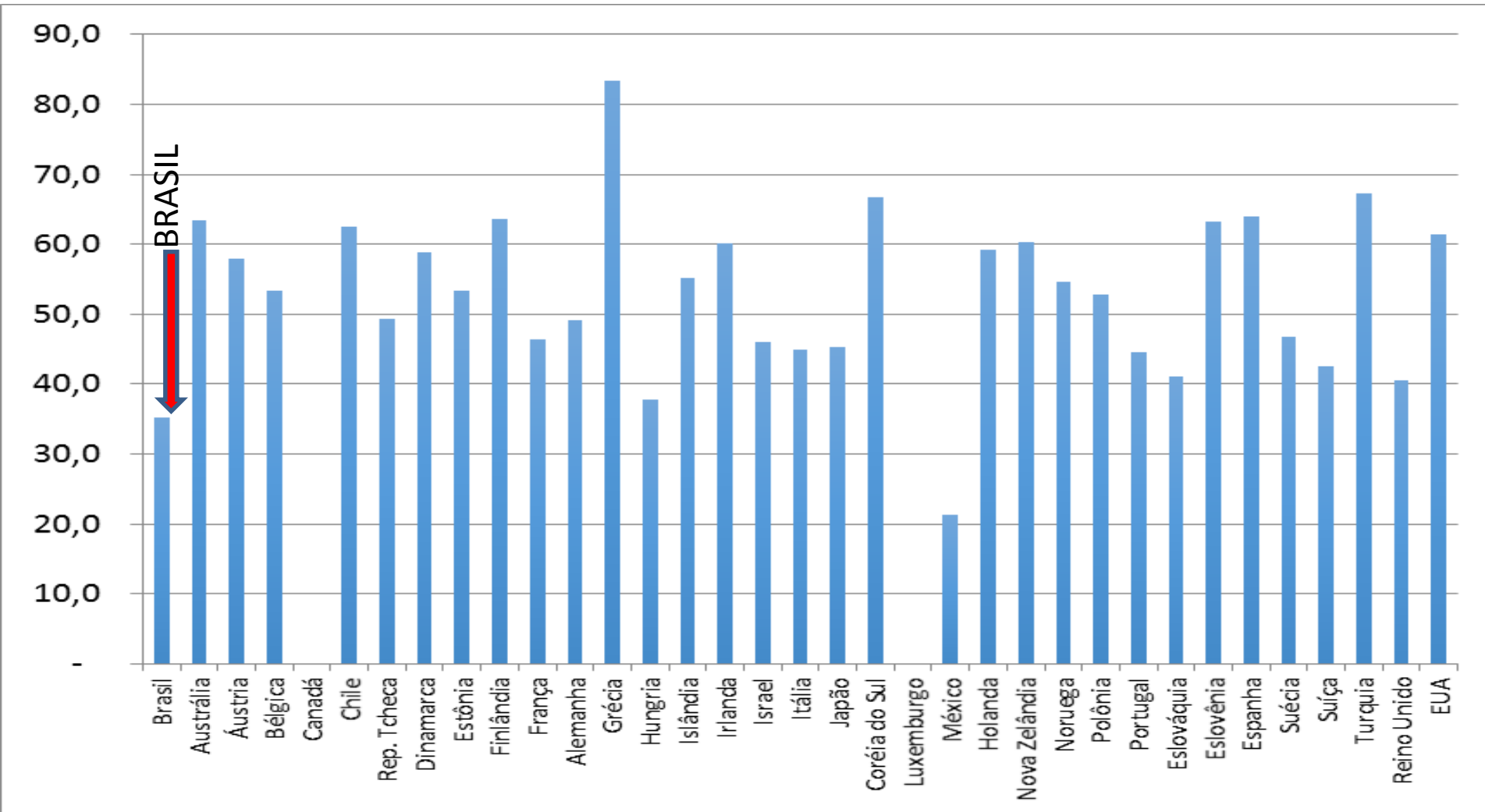
País	Relação aluno/professor
Média do Brasil	21
MÉDIA DA OCDE	17
Austrália	-
Áustria	15
Bélgica	22
Canadá	-
Chile	-
Rep. Tcheca	22
Dinamarca	14
Estônia	15
Finlândia	14
França	18
Alemanha	12
Grécia	45
Hungria	15
Islândia	-
Irlanda	20
Israel	-
Itália	19
Japão	-
Coréia do Sul	21
Luxemburgo	-
México	16
Holanda	16
Nova Zelândia	17
Noruega	10
Polônia	15
Portugal	14
Eslováquia	14
Eslovênia	17
Espanha	13
Suécia	11
Suíça	-
Turquia	20
Reino Unido	17
EUA	15

Fonte: Education at a Glance, 2016, Table B6.1, p. 259 e Table B6.2, p. 260

A Taxa Bruta na Educação Superior

Taxa Bruta na ES

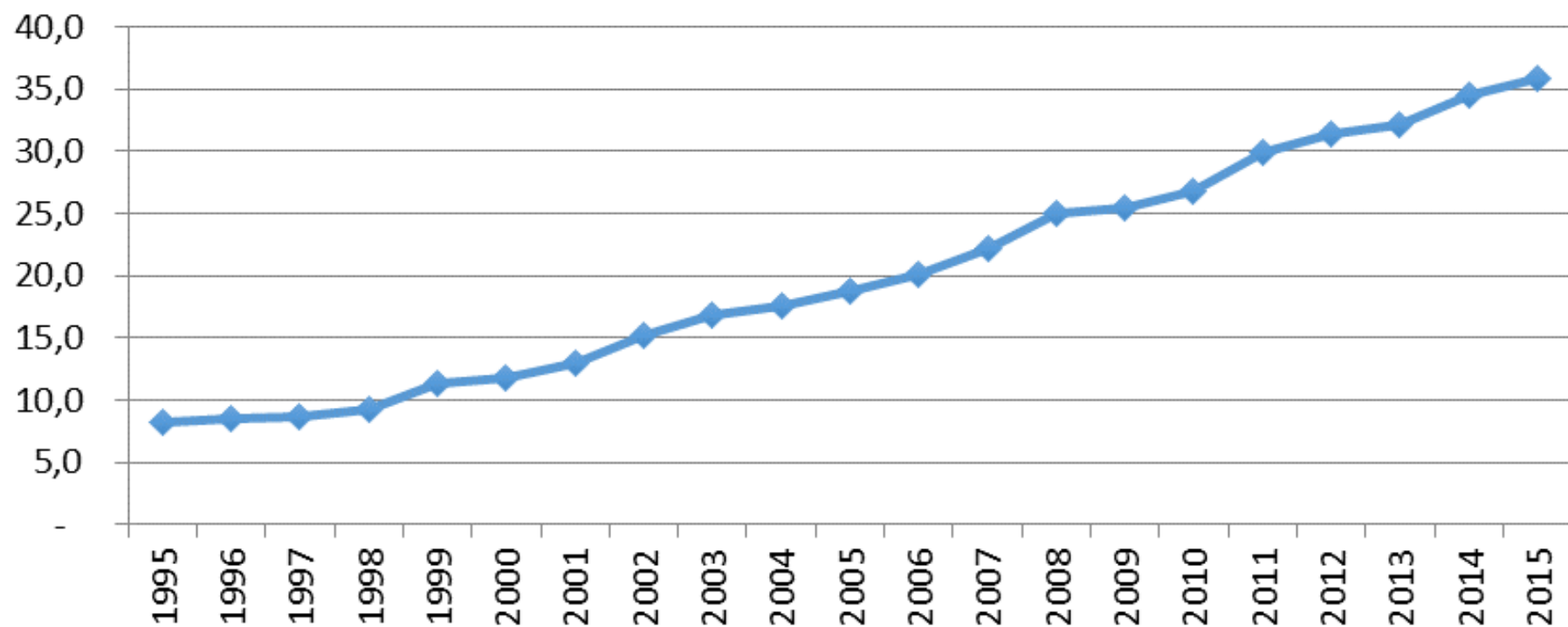
(Número de Matrículas de estudantes com todas as idades)/
(Número de pessoas na população com idade de 18 a 24 anos)
(%).



Meta do PNE para 2024 = 50%

Fonte: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>

Evolução da Taxa Bruta (ES) no Brasil (1995-2015)



Fonte: Censo da Educação Superior e IBGE: PNAD e Projeções

Percentuais das despesas correntes e de capital liquidados em relação ao total de recursos e das despesas de pessoal e ODC em relação ao total das despesas de custeio

- ✓ **Despesas Correntes/Despesas Totais (%)**
- ✓ **Despesas de Capital/Despesas Totais (%)**
- ✓ **Despesas de Pessoal/Despesas Correntes (%)**
- ✓ **Despesas de ODC/Despesas Correntes (%)**

Distribuição das Despesas

Ano	Despesas Correntes/Despesas Totais (%)	Despesas de Capital/Despesas Totais (%)	Despesas de Pessoal/Despesas Correntes (%)	Despesas de ODC/Despesas Correntes (%)
2010	93	7	83	17
2011	91	9	82	18
2012	92	8	81	19
2013	93	7	79	21
2014	95	5	81	19
2015	98	2	84	16
2016	99	1	83	17
MÉDIA	94	6	82	18

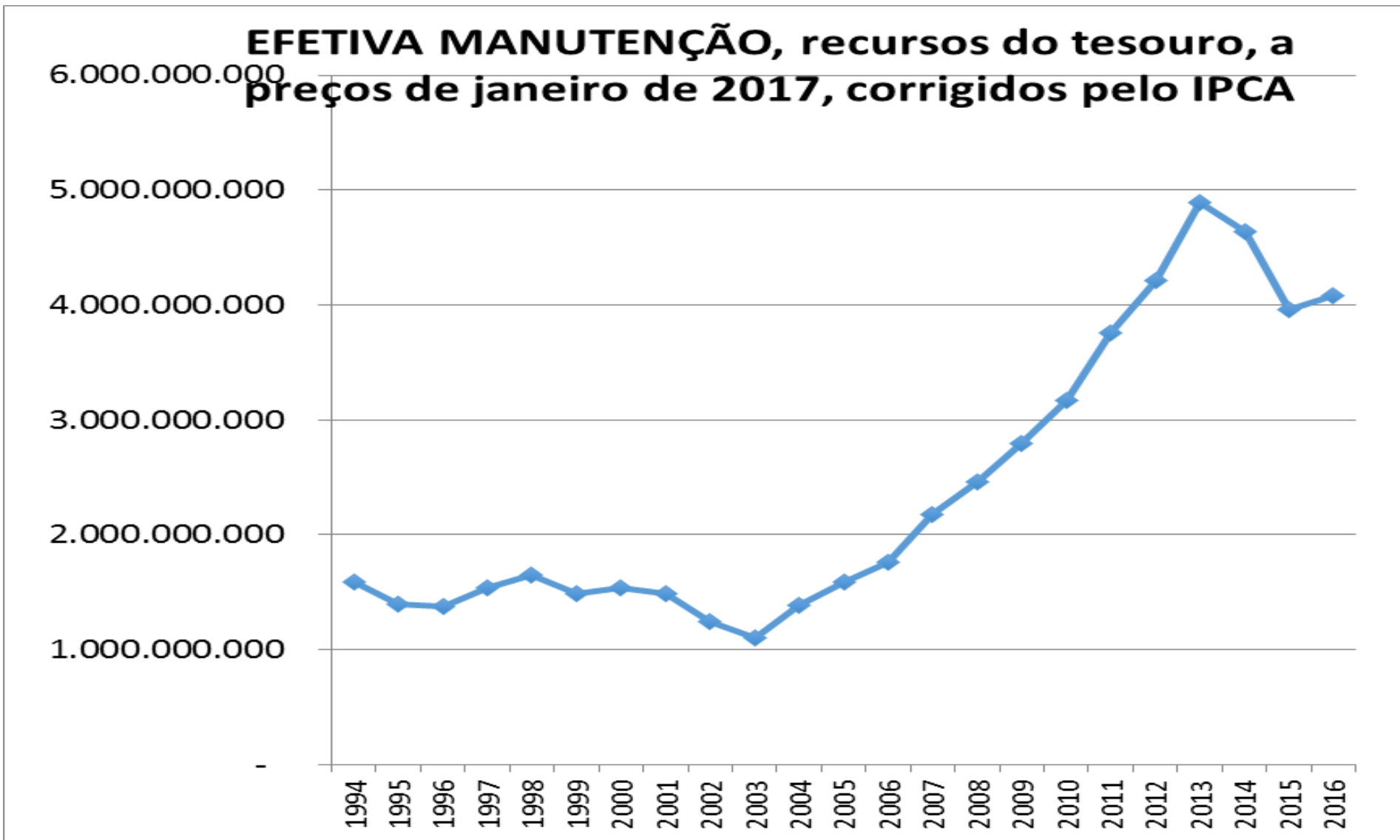
Fonte: www.camara.gov.br (LOAs)

País	Despesas de Capital/Despesas Totais (%)	Despesas Correntes/Despesas Totais (%)	Despesas de Pessoal/Despesas Correntes (%)	Despesas de ODC/Despesas Correntes (%)
MÉDIA DO BRASIL, de 2010 a 2016	94	6	82	18
MÉDIA DA OCDE	89	11	67	33
Austrália	87	13	63	37
Austria	93	7	65	35
Bélgica	96	4	79	21
Canadá	92	8	66	34
Chile	-	-	-	-
Rep. Tcheca	91	9	50	50
Dinamarca	97	3	78	22
Estônia	82	18	61	39
Finlândia	97	3	63	37
França	91	9	79	21
Alemanha	91	9	66	34
Grécia	-	-	-	-
Hungria	89	11	54	46
Islândia	96	4	71	29
Irlanda	93	7	70	28
Israel	93	7	69	31
Itália	86	14	62	38
Japão	84	16	59	41
Coréia do Sul	86	14	59	41
Luxemburgo	74	26	68	32
México	91	9	72	28
Holanda	89	11	72	28
Nova Zelândia	-	-	-	-
Noruega	93	7	69	31
Polônia	86	14	76	24
Portugal	94	6	70	30
Eslováquia	83	17	52	48
Eslovênia	83	17	72	28
Espanha	87	13	74	26
Suécia	97	3	65	35
Suíça	91	9	76	24
Turquia	82	18	63	37
Reino Unido	94	6	64	36
EUA	90	10	65	35

Fonte: Education at a Glance, 2016, Table B6.1, p. 259 e Table B6.2, p. 260

Os recursos para a efetiva manutenção
ODC, liquidados, menos: PNAES,
Assistência Médica e Odontológica
de Servidores e seus Dependentes
(**AMOS**) e os Benefícios Sociais
(Auxílios **Creche, Alimentação e**
Transporte)

Efetiva Manutenção, liquidados (Total de ODC, menos PNAES, AMOS, CRECHE, ALIMENTAÇÃO e TRANSPORTE)

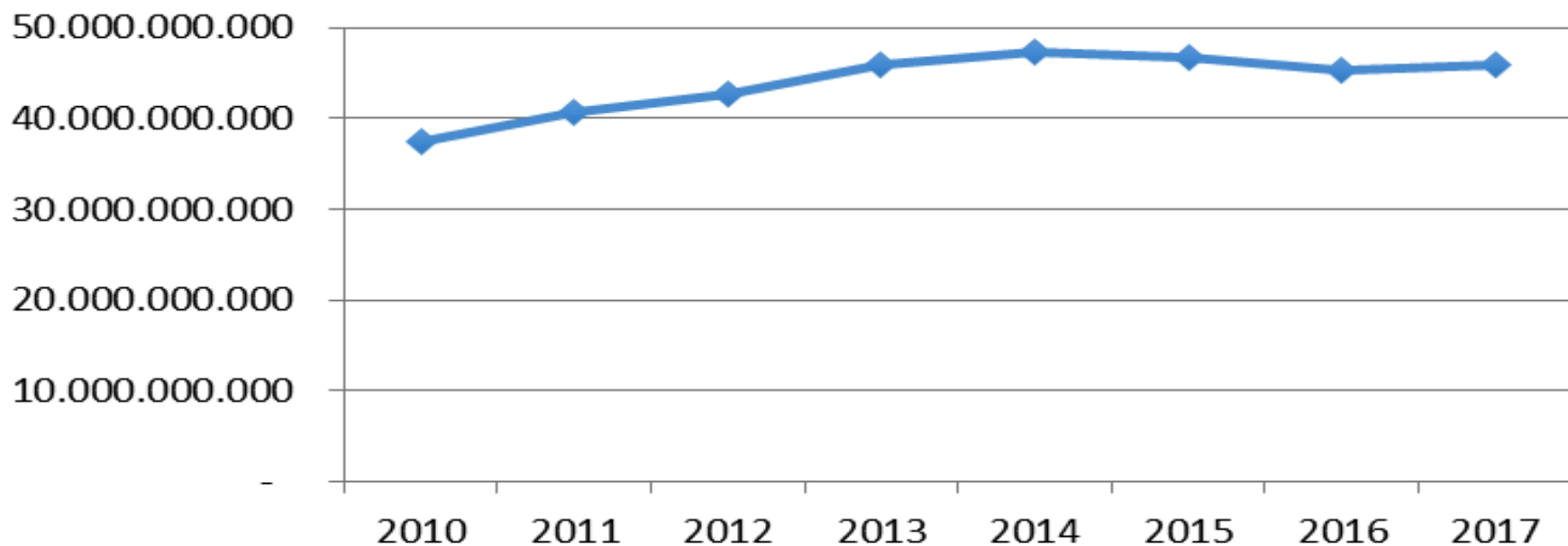


Fonte: www.camara.gov.br (Execução Orçamentária)

**Os recursos presentes nas LOAs
2010-2016, a preços de janeiro
de 2017, corrigidos pelo IPCA**

Recursos totais, todas as fontes, previstos nas LOAs

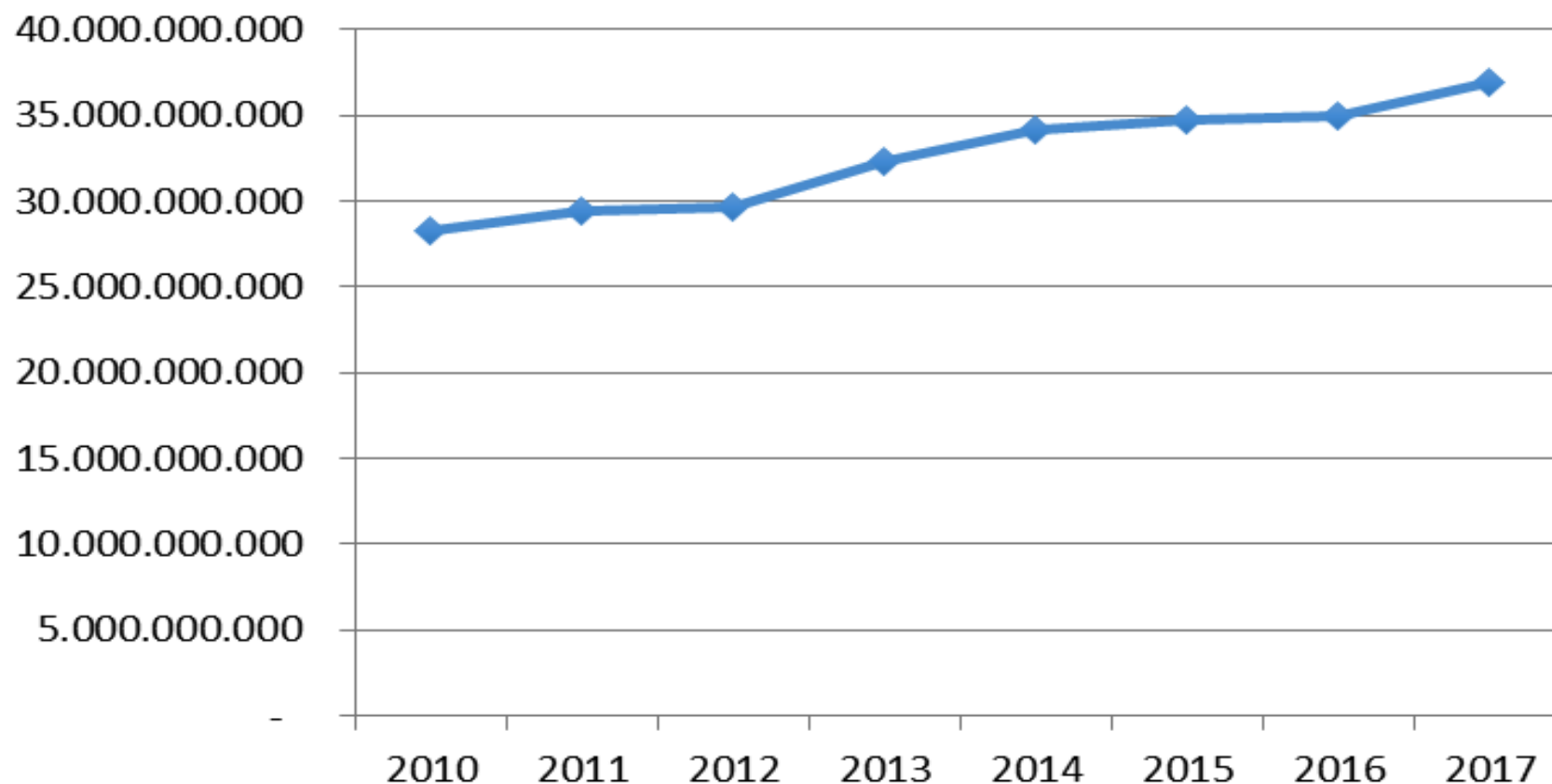
Valores previstos nas LOAs em valores em R\$, a preços de janeiro de 2017, corrigidos pelo IPCA



Fonte: www.camara.gov.br (LOAs)

Pessoal e Encargos Sociais nas LOAs

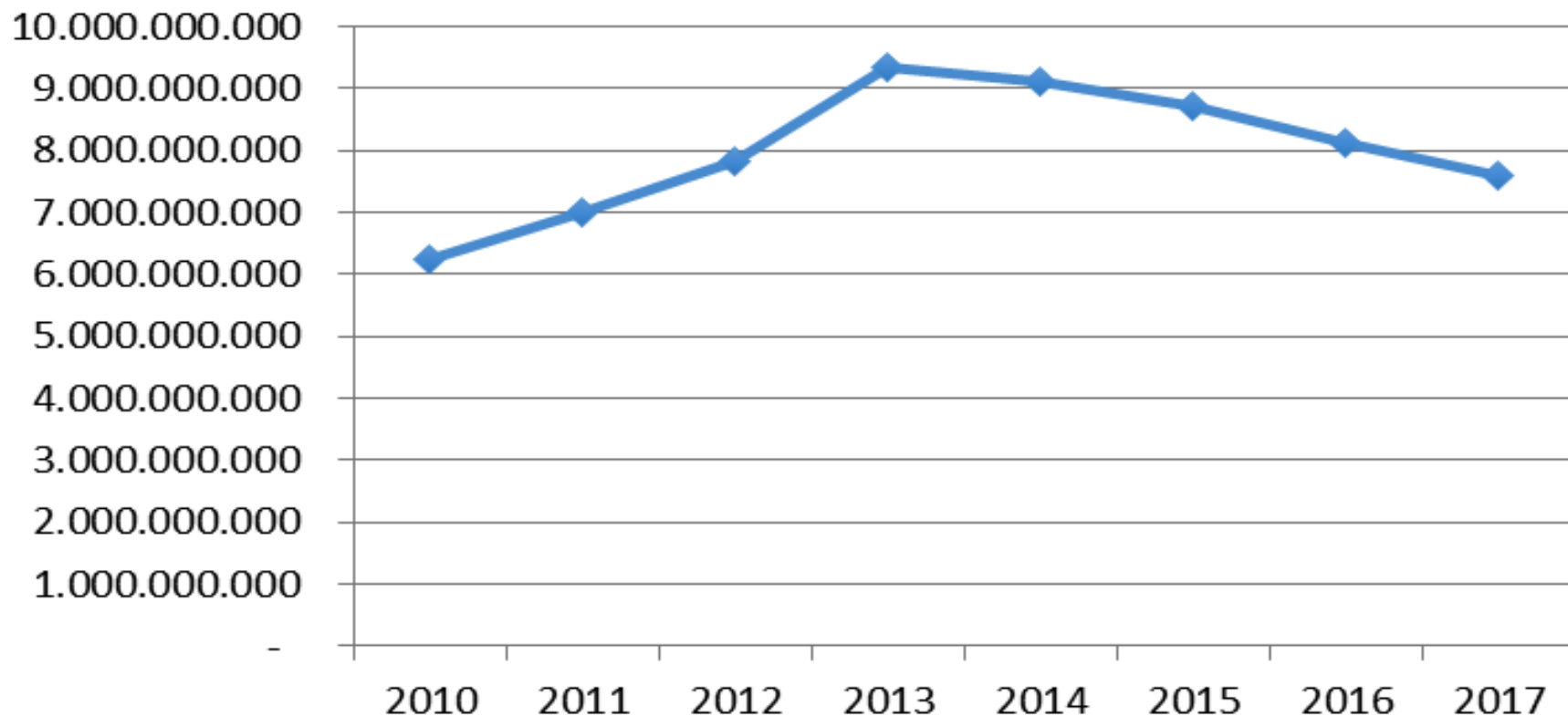
Pessoal e Encargos Sociais



Fonte: www.camara.gov.br (LOAs)

Outras Despesas Correntes (ODC) nas LOAs

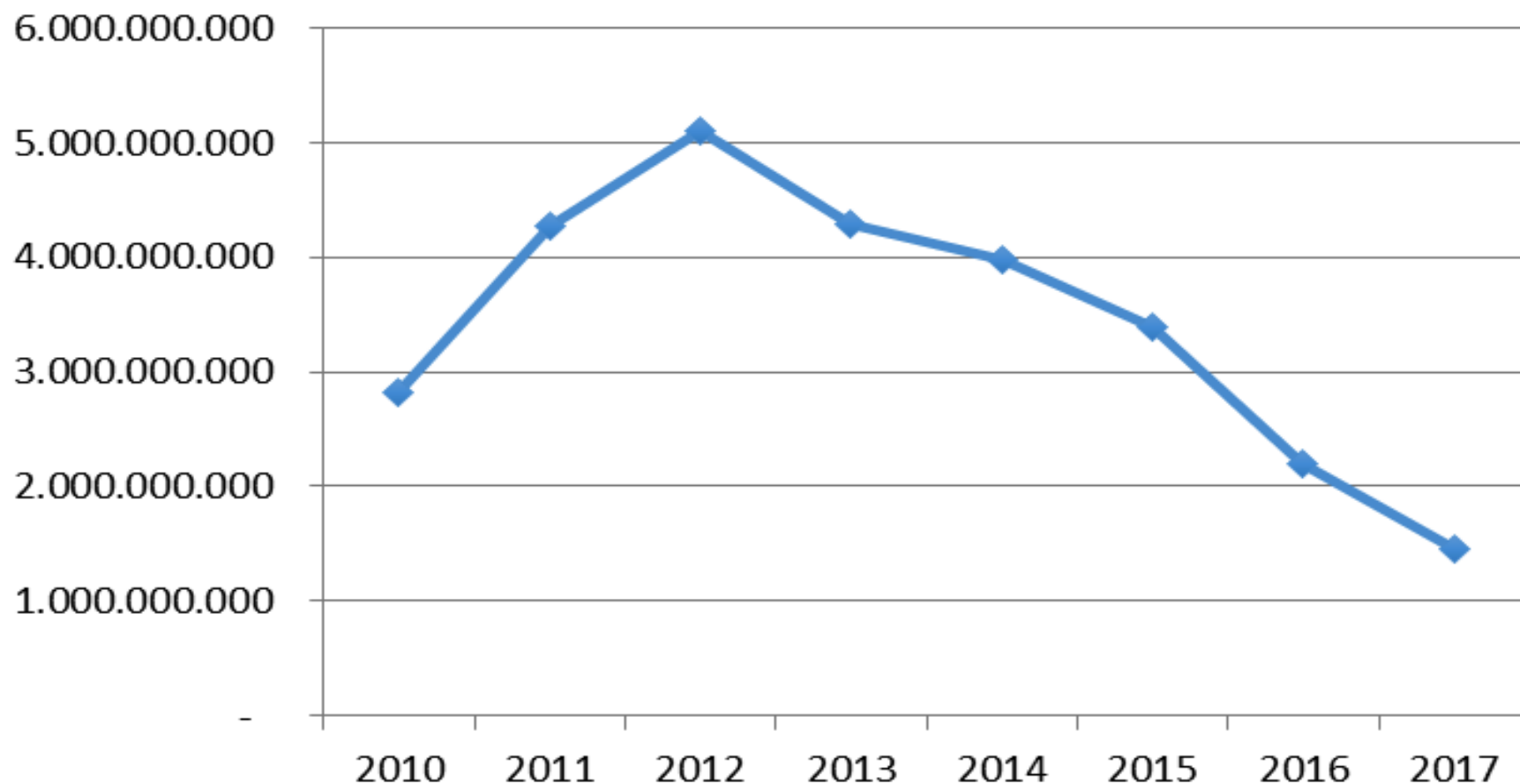
Outras Despesas Correntes, todas as fontes



Fonte: www.camara.gov.br (LOAs)

Investimento (INV) nas LOAs

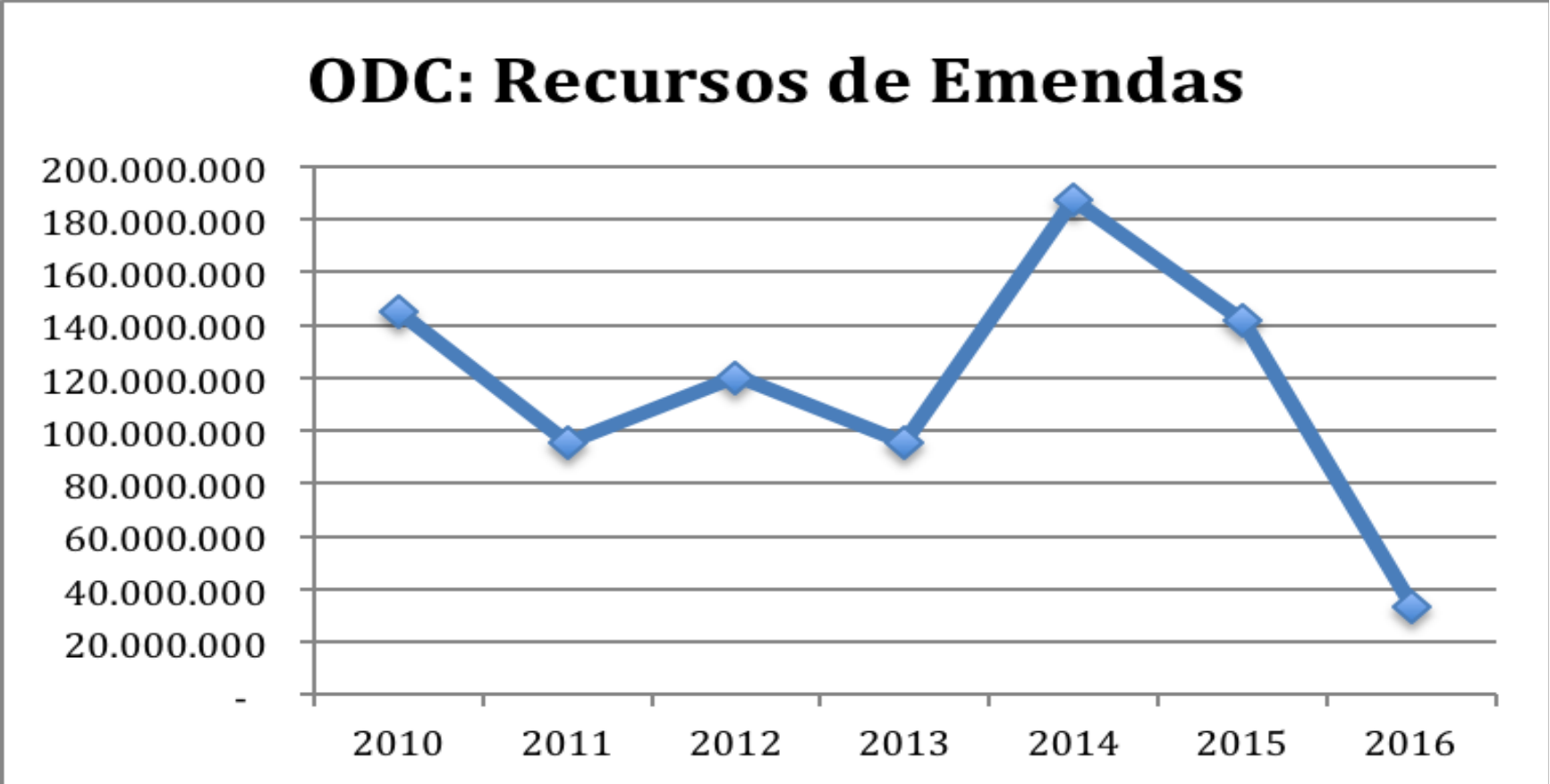
Investimento, todas as fontes



Fonte: www.camara.gov.br (LOAs)

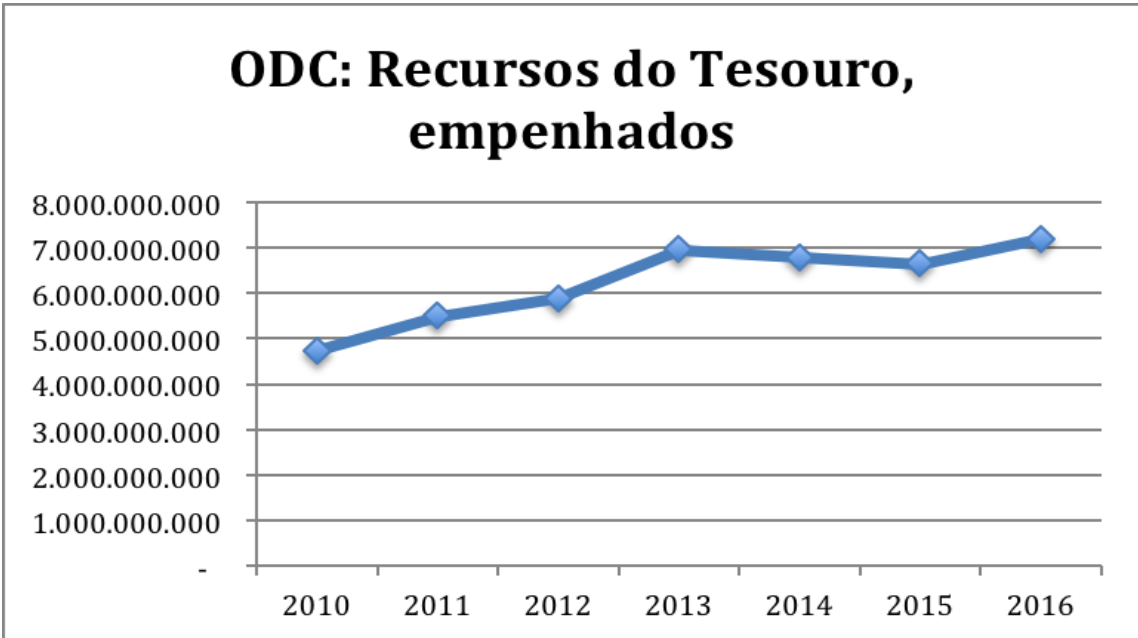
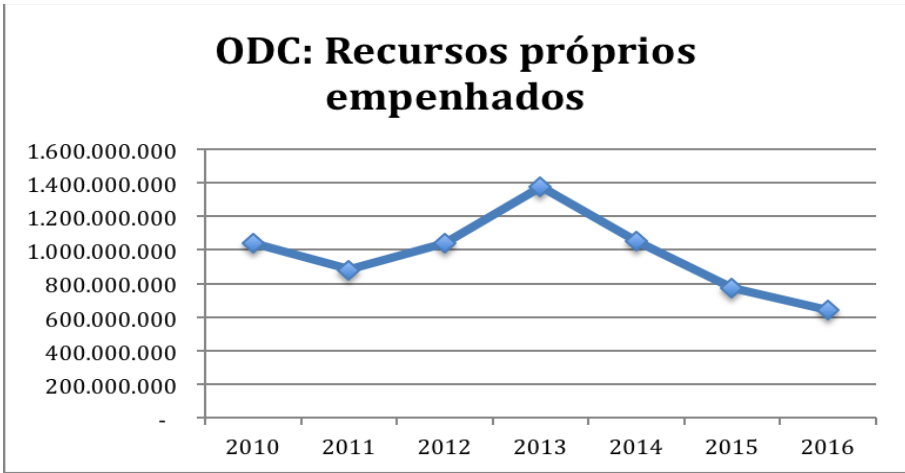
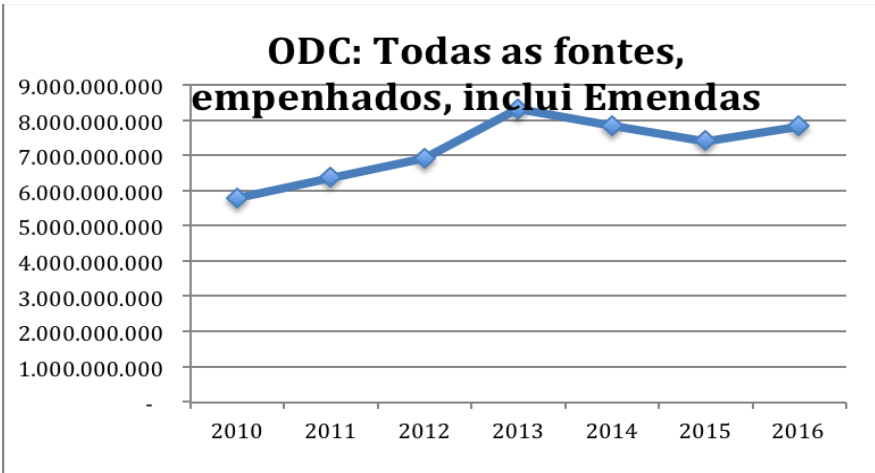
**Os recursos de
Outras Despesas Correntes (ODC)
e Investimento (INV), empenhados**

Emendas que constam da LOA autorizada pelo Congresso Nacional
(autógrafo) para ODC



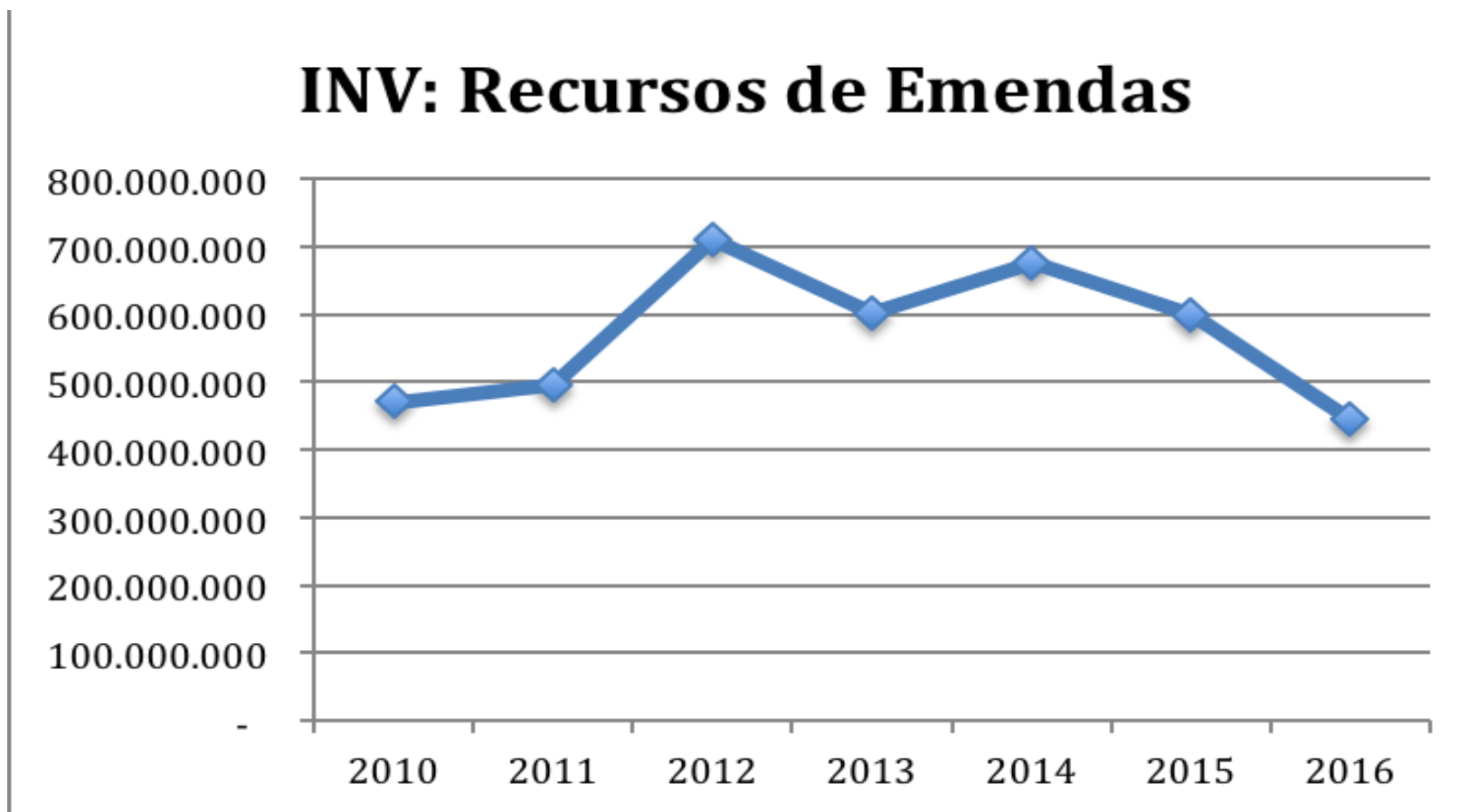
Fonte: www.camara.gov.br (autógrafo)

Outras Despesas Correntes



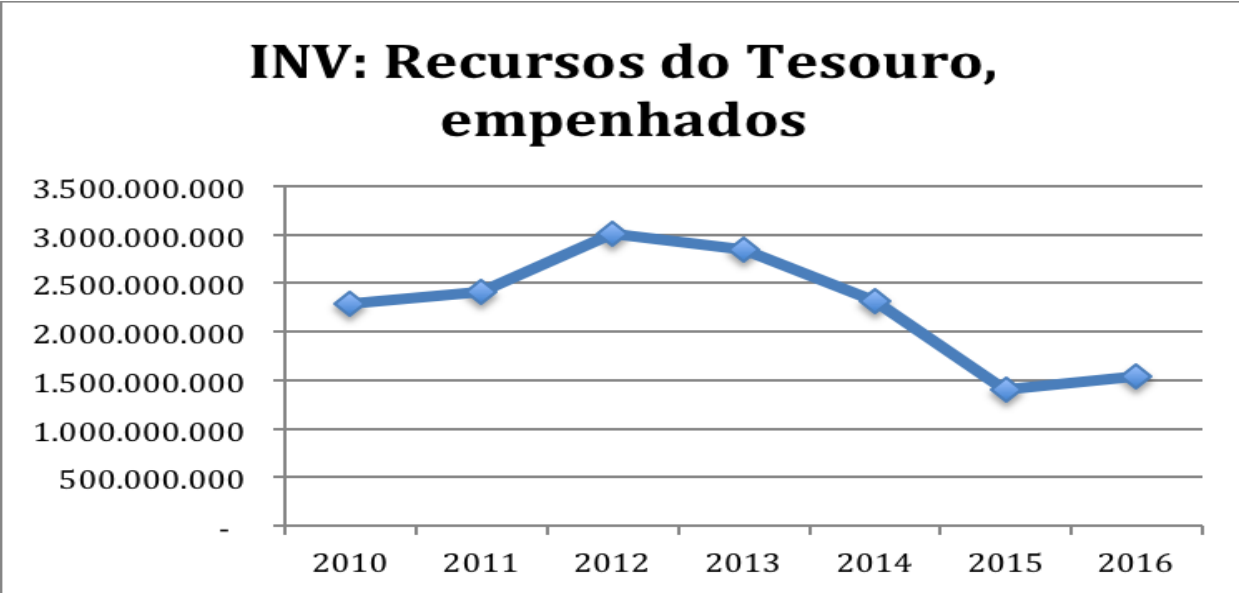
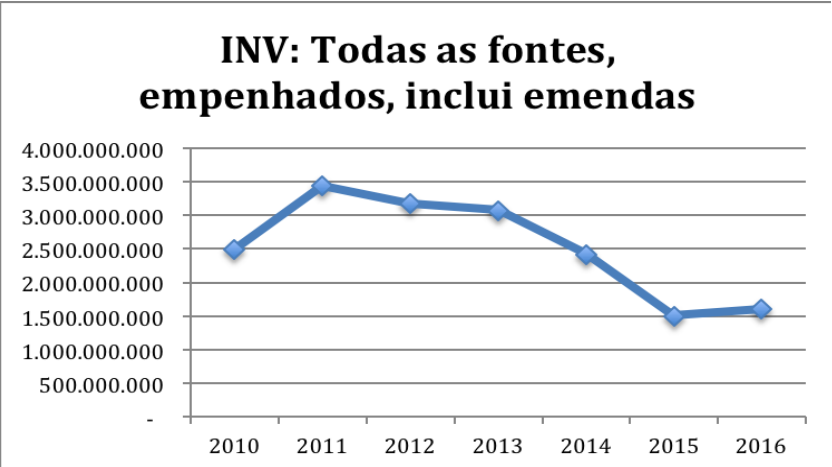
Fonte: www.camara.gov.br (LOAs)

Emendas que constam da LOA autorizada pelo Congresso Nacional (autógrafo) para ODC



Fonte: www.camara.gov.br (autógrafo)

Investimento



“Acompanhando a Meta 20 do PNE 2014-2024”

Nelson Cardoso Amaral

São Paulo, USP, julho de 2016

Tabela 75 - Novas fontes para o financiamento do PNE (2014-2024)	
Fontes de financiamento da educação	% do PIB
- Recursos aplicados no ano de 2013, segundo o INEP (IPTE)	6,2
- Quarta Vinculação: royalties do petróleo (menos de 1%, estamos supondo 0,8%)	0,8
- Quarta Vinculação: Fundo Social (menos de 0,5%, estamos supondo 0,4%)	0,4
- Elevação da arrecadação do ITR	0,136
- Elevação da arrecadação do IPTU	0,093
- Elevação da arrecadação do ITCD	0,102
- Elevação da arrecadação do IPVA	0,409
- Criação do IGF	0,175
- Elevação da arrecadação do ITCD-Herança	0,016
- Criação da CPMF-Educação	0,83
- Diminuição das Renúncias de Receitas em 50%	0,354
- Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH	0,021
- Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFERHM	0,052
- Compensação Financeira pela Extração de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás – CFOXG	0,151
- Dívida Ativa da União	0,054
- Dívida Pública Interna e Externa	0,800
- Diminuição das Transferências às Instituições Privadas e Outras alternativas	X
TOTAL	10,593 + X
Fonte: Item 4 desta Parte II do relatório	

Estudo realizado para o CNE em 2016:

“Renúncias de Receitas e Novas Fontes de Financiamento”

Renúncias de Receitas

As renúncias de receitas no ano de 2014 da União

Tabela 2 – Percentual das renúncias em relação à arrecadação de cada um dos tributos

Tributo	Valor da renúncia em 2014, em R\$	Valor da arrecadação em 2014, em R\$*	%
II	3.677.501.465,00	36.694.000.000,00	10,0
IRPF	35.225.790.111,00	27.805.000.000,00	126,8
IRPJ	39.201.289.220,00	121.257.000.000,00	32,3
IRRF	5.720.485.941,00	155.457.000.000,00	3,7
IPI-Int.	22.386.728.066,00	35.641.000.000,00	62,8
IPI-Vin. Imp.	3.595.912.865,00	15.187.000.000,00	23,7
IOF	1.975.445.867,00	28.789.000.000,00	6,9
ITR	33.801.289,00	986.000.000,00	3,4
PIS-PASEP	11.638.859.093,00	51.881.000.000,00	22,4
CSLL	9.301.395.572,00	65.534.000.000,00	14,2
COFINS	58.509.914.863,00	195.170.000.000,00	30,0
CIDE	-	14.000.000,00	-
AFRMM	1.371.535.573,00	-	-
CONDECINE	-	-	-
Cont. Prev. Soc.	57.092.532.573,00	357.851.000.000,00	16,0
TOTAL	249.761.192.255,00	1.092.266.000.000,00	22,9

**R\$109
bilhões**

Fonte: (BRASIL.RF/MF, 2015)

* A arrecadação da AFRMM não é divulgada separadamente de outras taxas/contribuições

Tabela 21 - Resumo das motivações das renúncias das receitas da União em 2014 e seus valores em R\$, de 2014

Motivação da Renúncia de Receita	Valor em R\$ de 2014	%
Simples Nacional	61.779.812.916	24,74
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	24.999.801.646	10,01
Desoneração da Folha de Salários	24.071.717.689	9,64
Agricultura e Agroindústria – Desoneração Cesta Básica	22.621.556.794	9,06
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis – IRPF	19.480.241.918	7,80
Entidades Sem Fins Lucrativos – Imunes/Isentas	19.431.741.450	7,78
Dedução de Rendimento Tributável – IRPF	14.795.498.020	5,92
Benefícios do Trabalhador	8.030.488.150	3,22
Desenvolvimento Regional	7.538.725.714	3,02
Programa de Inclusão Digital	5.337.340.773	2,14
Poupança	5.229.490.716	2,09
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Intermediários de Síntese	4.995.391.975	2,00
Informática e Automação	4.580.409.436	1,83
Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	2.867.073.416	1,15
Setor Automotivo	2.855.453.396	1,14
REID	1.724.052.439	0,69
Cultura e Audiovisual	1.560.216.096	0,62
Transporte Coletivo	1.414.214.381	0,57
Financiamentos Habitacionais	1.366.077.798	0,55
Embarcações e Aeronaves	1.252.278.083	0,50
Vale-Cultura	1.231.134.850	0,49
REPNBL-Redes	1.018.052.500	0,41
Horário Eleitoral Gratuito	839.534.999	0,34
Construção Civil – Prorrogação da Cumulatividade	679.367.897	0,27
Pronon	674.430.273	0,27
Pronas/PCD	674.430.273	0,27
MEI – Microempreendedor Individual	613.144.308	0,25
PROUNI	601.118.818	0,24
RETAERO	595.350.861	0,24
Petroquímica	536.761.089	0,21
Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico	525.903.480	0,21
Livros	448.501.165	0,18
Máquinas e Equipamentos – CNPq	446.874.015	0,18
(...)		
Fonte: (BRASIL.RF/MF, 2015)		

Tabela 47 – Isenções tributárias no âmbito do PROUNI (2006-2015)

(Valores em R\$, a preços de janeiro de 2016, corrigidos pelo IPCA)

Ano	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS-PASEP	Total
2006	82.594.530	34.966.974	96.168.307	254.757.556	468.487.367
2007	51.862.156	21.018.155	101.601.383	39.931.813	214.413.507
2008	165.292.119	85.469.571	224.185.085	49.452.406	524.399.180
2009	228.692.436	132.009.148	337.285.634	73.415.899	771.403.117
2010	276.864.765	18.052.285	380.355.708	82.763.293	758.036.050
2011	301.135.110	107.708.310	238.990.525	52.130.202	699.964.148
2012	355.668.203	164.332.915	356.665.580	77.277.542	953.944.241
2013	386.819.100	133.688.961	327.585.930	70.976.952	919.070.943
2014	240.939.682	72.049.043	311.442.555	67.479.220	691.910.500
2015	417.211.405	132.082.577	390.400.694	84.625.116	1.024.319.793

Fonte: (BRASIL.RF/MF, 2015)

Balanço para educação:

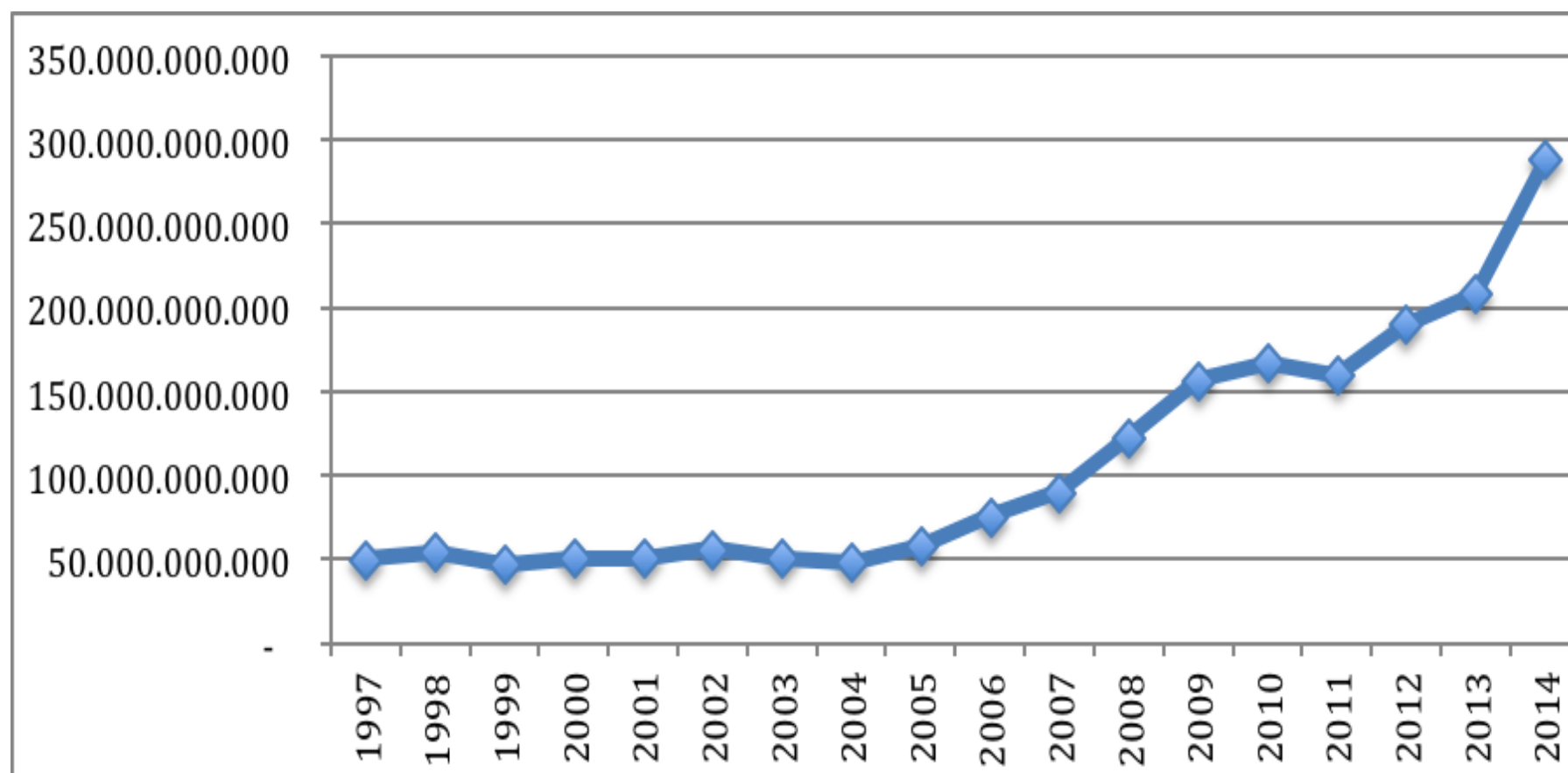
R\$ 75 milhões e R\$ 112 milhões

Menos para a educação: valor entre 18% e 25% de R\$ 417 milhões

Mais para educação: R\$ 606 milhões

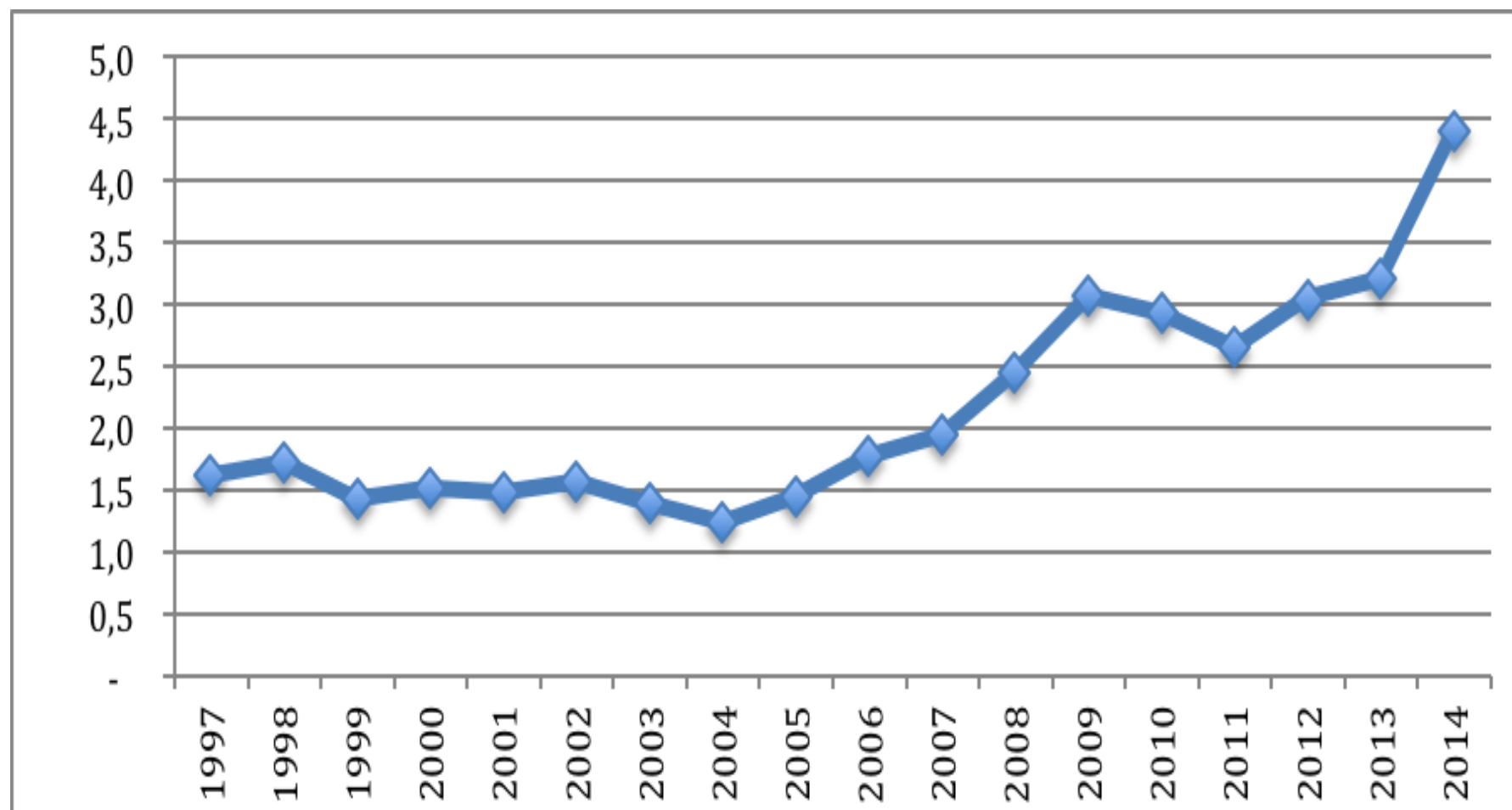
Diferença positiva **Setor PRIVADO – conta para os 10% do PNE**

Gráfico 1 - Renúncias tributárias no período 1997-2014, valores corrigidos pelo IPCA para janeiro de 2016



Fonte: (BRASIL.RF/MF, 2015)

Gráfico 2 – Evolução dos valores de renúncias de receitas da União como percentual do PIB



Fonte: Cálculos deste estudo e (BRASIL.IPEA, 2016)

Tabela 4 – Renúncias de receitas como percentual do PIB em diversos países da OCDE

País	% do PIB	Data da informação
Canadá	6,9	2008
Alemanha	0,7	Valor médio de 2005 a 2008
Coréia do Sul	2,5	2007
Holanda	2,0	2006
Espanha	4,6	2008
Reino Unido	12,8	Valor médio de 2006 e 2007
EUA	6,0	2008

Fonte: (PELLEGRINI, 2014) e (OCDE, 2016)

Tabela 5 – Renúncias de receitas como percentual do PIB em diversos países da América Latina

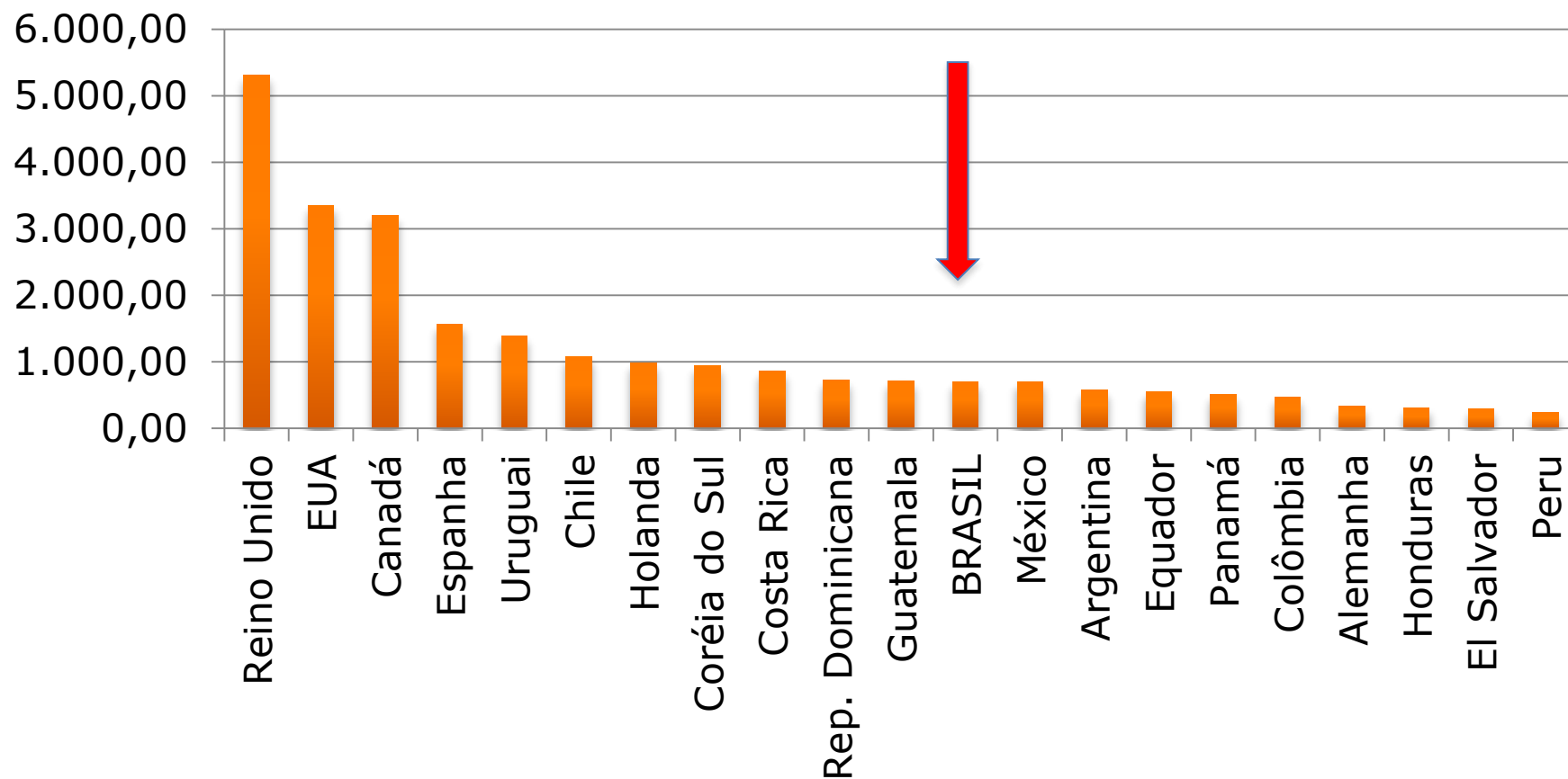
País	% do PIB	Data da informação
Argentina	2,59	2012
Chile	4,46	2012
Colômbia	3,25	2010
Costa Rica	5,62	2012
Equador	4,86	2012
El Salvador	3,40	2010
Guatemala	8,39	2012
Honduras	6,45	2012
México	3,82	2012
Panamá	2,27	2012
Peru	1,91	2012
República Dominicana	5,13	2012
Uruguai	6,40	2012
Fonte: (TRIGUEROS, 2016)		

Tabela 6 – Valor das renúncias por habitante em países da OCDE e da América Latina

País	Renúncias de receitas como % do PIB	PIB (US\$/PPP)	Valor total das renúncias (US\$/PPP)	Nº de habitantes	Valor das renúncias por habitante (US\$/PPP)
Canadá	6,90	1.628,0	112,33	35.099.836	3.200,36
Alemanha	0,70	3.842,0	26,89	80.854.408	332,62
Coréia do Sul	2,50	1.849,0	46,23	49.115.196	941,15
Holanda	2,00	831,4	16,63	16.947.904	981,12
Espanha	4,60	1.636,0	75,26	48.146.134	1.563,07
Reino Unido	12,80	2.660,0	340,48	64.088.222	5.312,68
EUA	6,00	17.970,0	1.078,20	321.368.864	3.355,02
Argentina	2,59	964,3	24,98	43.431.886	575,05
Chile	4,46	424,3	18,92	17.508.260	1.080,85
Colômbia	3,25	665,0	21,61	46.736.728	462,43
Costa Rica	5,62	74,1	4,16	4.814.144	865,04
Equador	4,86	181,8	8,84	15.868.396	556,80
El Salvador	3,40	52,9	1,80	6.141.350	292,87
Guatemala	8,39	125,6	10,54	14.918.999	706,34
Honduras	6,45	41,0	2,64	8.746.673	302,34
México	3,82	2.220,0	84,80	121.736.809	696,62
Panamá	2,27	82,2	1,87	3.657.024	510,23
Peru	1,91	385,4	7,36	30.444.999	241,78
Rep. Dominicana	5,13	147,6	7,57	10.478.756	722,59
Uruguai	6,40	72,4	4,63	3.341.893	1.386,52
BRASIL	4,50	3.166,0	142,47	202.768.562	702,62

Fonte: (PELLEGRINI, 2014), (OCDE, 2016), (TRIGUEROS, 2016) e (EUA.CIA, 2016)

Gráfico 3 – Valor das renúncias por habitante em países da OCDE e da América Latina (US\$/PPP)



Fonte: (PELLEGRINI, 2014), (OCDE, 2016), (TRIGUEROS, 2016) e (EUA.CIA, 2016)

Tabela 23- Renúncias de receitas de ICMS, IPVA, ITCD e Taxas, dos estados, em 2014

Estado	ICMS	IPVA	ITCD	TAXAS
Rondônia	287.741.518			
Acre	41.687.000			
Amazonas	5.787.379.000	11.158.000		
Roraima	56.771.000	1.202.000		
Pará	1.123.114.481	8.452.120	66.206	
Amapá	-			
Tocantins	868.804.472	21.010.820		
Maranhão	697.130.000	62.820.000		
Piauí	310.241.000	5.854.000		
Ceará	-			
Rio Grande do Norte	-			
Paraíba	1.238.445.319	7.215.706	1.529.610	
Pernambuco	245.624.100	2.962.879		
Alagoas	532.574.768			
Sergipe	-			
Bahia	2.943.130.000			
Minas Gerais	4.470.125.000	29.040.000	148.596.000	41.167.000
Espírito Santo	877.079.000	24.701.000		
Rio de Janeiro	5.194.801.738			
São Paulo	12.583.300.000	546.300.000		
Paraná	-			
Santa Catarina	4.946.889.910	65.607.760	3.000.243	
Rio Grande do Sul	-			
Mato Grosso do Sul	-			
Mato Grosso	542.819.699			
Goiás	-			
TOTAL	42.747.658.005	786.324.285	153.192.059	41.167.000
Fonte: (BRASIL.CONFAZ/MF, 2015)				

Tabela 24 – Arrecadação total do ICMS, IPVA, ITCD em 2014

Estado	ICMS	IPVA	ITCD	Taxas
Rondônia	3.006.652.000	219.766.000	6.668.000	50.564.000
Acre	898.671.000	45.661.000	4.060.000	9.775.000
Amazonas	7.788.736.000	484.398.000	9.056.000	10.148.000
Roraima	606.923.000	39.884.000	1.292.000	1.238.000
Pará	9.067.286.000	433.903.000	18.291.000	521.638.000
Amapá	861.451.000	61.874.000	572.000	29.661.000
Tocantins	1.894.719.000	142.094.000	16.946.000	22.471.000
Maranhão	4.715.626.000	323.878.000	8.402.000	97.816.000
Piauí	2.979.359.000	193.544.000	18.003.000	82.742.000
Ceará	9.455.729.000	601.430.000	62.771.000	16.814.000
Rio Grande do Norte	4.389.456.000	256.813.000	27.467.000	-
Paraíba	4.391.933.000	210.052.000	21.127.000	12.740.000
Pernambuco	12.659.801.000	690.553.000	76.500.000	50.167.000
Alagoas	2.927.851.000	192.291.000	6.237.000	2.932.000
Sergipe	2.732.000.000	133.747.000	11.261.000	331.000
Bahia	18.116.514.000	972.542.000	85.932.000	179.969.000
Minas Gerais	38.288.044.000	3.815.620.000	640.892.000	2.287.447.000
Espírito Santo	9.025.731.000	423.717.000	52.221.000	452.009.000
Rio de Janeiro	31.886.537.000	2.030.086.000	670.615.000	22.429.000
São Paulo	122.836.142.000	13.524.341.000	1.714.419.000	4.621.681.000
Paraná	22.815.805.000	2.120.288.000	331.576.000	54.021.000
Santa Catarina	15.769.834.000	1.333.185.000	177.814.000	517.871.000
Rio Grande do Sul	25.854.213.000	2.239.002.000	333.634.000	280.505.000
Mato Grosso do Sul	7.366.785.000	340.485.000	95.481.000	10.398.000
Mato Grosso	8.038.088.000	467.128.000	50.001.000	90.793.000
Goiás	13.252.854.000	914.365.000	181.374.000	209.838.000
	381.626.740.000	32.210.647.000	4.622.612.000	8.793.131.000
Fonte: (BRASIL.CONFAZ/MF, 2015)				

Tabela 25 – As renúncias de receitas como percentuais da arrecadação do ICMS, IPVA, ITCD em 2014

Estado	ICMS	IPVA	ITCD
Rondônia	9,6	-	-
Acre	4,6	-	-
Amazonas	74,3	2,3	-
Roraima	9,4	3,0	-
Pará	12,4	1,9	0,4
Amapá	-	-	-
Tocantins	45,9	14,8	-
Maranhão	14,8	19,4	-
Piauí	10,4	3,0	-
Ceará	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-
Paraíba	28,2	3,4	7,2
Pernambuco	1,9	0,4	-
Alagoas	18,2	-	-
Sergipe	-	-	-
Bahia	16,2	-	-
Minas Gerais	11,7	0,8	23,2
Espírito Santo	9,7	5,8	-
Rio de Janeiro	16,3	-	-
São Paulo	10,2	4,0	-
Paraná	-	-	-
Santa Catarina	31,4	4,9	1,7
Rio Grande do Sul	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-
Mato Grosso	6,8	-	-
Goiás	-	-	-
TOTAL	11,2	2,4	3,3
Fonte: Elaboração deste estudo			

Tabela 26 – Percentuais das renúncias de receitas em relação à arrecadação no DF

Imposto	Renúncias em 2014, R\$ de 2014	Arrecadação em 2014	%
ICMS	2.124.795.844	7.031.139.000	30,2
IPVA	24.070.691	707.767.000	3,4
ITCD	32.675.513	86.595.000	37,7
IPTU	78.093.584	632.730.950	12,3
ISS	44.343.470	1.482.762.362	3,0
ITBI	-	334.989.173	-

(BRASIL.CONFAZ/MF, 2015), LDO do DF, encontrada no Portal de Transparência e (BRASIL.STN, 2016)

Tabela 29 – As renúncias de receitas como percentuais da arrecadação do IPTU, ISS, ITBI e Taxas em 2014, nas capitais

Capital	IPTU	ISS	ITBI	TAXAS
Porto Velho (RO)	476,4	45,1	23,7	134,5
Rio Branco (AC)	4,3	-	-	2,0
Manaus (AM)	-	0,5	-	-
Boa Vista (RR)	0,8	-	-	-
Belém (PA)	31,7	4,0	-	-
Macapá (AP)	-	-	-	-
Palmas (TO)	2,4	0,1	0,5	0,2
São Luiz (MA)	-	-	-	-
Teresina (PI)	8,8	5,6	0,6	8,2
Fortaleza (CE)	-	-	-	-
Natal (RN)	17,4	18,4	-	107,8
João Pessoa (PB)	6,4	1,2	-	-
Recife (PE)	-	2,1	-	-
Maceió (AL)	-	-	-	-
Aracaju (SE)	0,2	1,0	-	-
Salvador (BA)	-	-	-	-
Belo Horizonte (MG)	7,0	-	0,4	-
Vitória (ES)	3,5	1,2	2,4	5,1
Rio de Janeiro (RJ)	3,8	4,7	2,4	0,1
São Paulo (SP)	14,8	3,1	1,9	11,8
Curitiba (PR)	3,4	0,0	-	-
Florianópolis (SC)	-	-	-	-
Porto Alegre (RS)	3,0	0,1	-	-
Campo Grande (MS)	3,9	0,1	-	-
Cuiabá (MT)	-	1,5	-	-
Goiânia (GO)	-	-	-	-
Total	9,6	3,1	1,2	6,6

Fonte: Elaboração deste estudo

Renúncias Financeiras e Creditícias

A Portaria N° 379 de 13 de novembro de 2006 do Ministério de Estado da Fazenda definiu:

Os benefícios ou subsídios creditícios **“são os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos e programas, à taxa de juros inferior ao custo de captação do Governo Federal.”**

(BRASIL.PORTARIA N° 379, 2016)

Tabela 22 – Benefícios Financeiros e Creditícios dos setores agropecuários, produtivo e social (2012-2014)

FUNDOSE PROGRAMAS	2012	2013	2014
AGROPECUARIOS			
Aquisições do Governo Federal (AGF) e Estoques Estratégicos	(66.265.000)	37.231.000	453.917.000
AGF e Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar	-	-	-
Garantia e Sustentação de Preços	441.283.000	152.341.000	449.946.000
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	-	-	2.689.000
Custeio Agropecuário	1.316.617.000	126.149.000	640.549.000
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	65.536.000	332.126.000	70.805.000
Empréstimos do Governo Federal	173.702.000	85.620.000	7.620.000
Programa Nacional de Agricultura Familiar-PRONAF	2.675.552.000	1.954.622.000	712.745.000
Securitização Agrícola	-	-	-
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária-RECOOP	17.191.000	-	8.631.000
Programa Especial de Saneamento de Ativos-PESA	393.431.000	539.592.000	579.429.000
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	318.168.000	557.853.000	399.979.000
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira-FUNCAFÉ	340.638.000	205.914.000	200.390.000
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana	3.225.000	3.433.000	5.782.000
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro-PASS	716.000	-	-

Fonte: (BRASIL.MF, 2016)

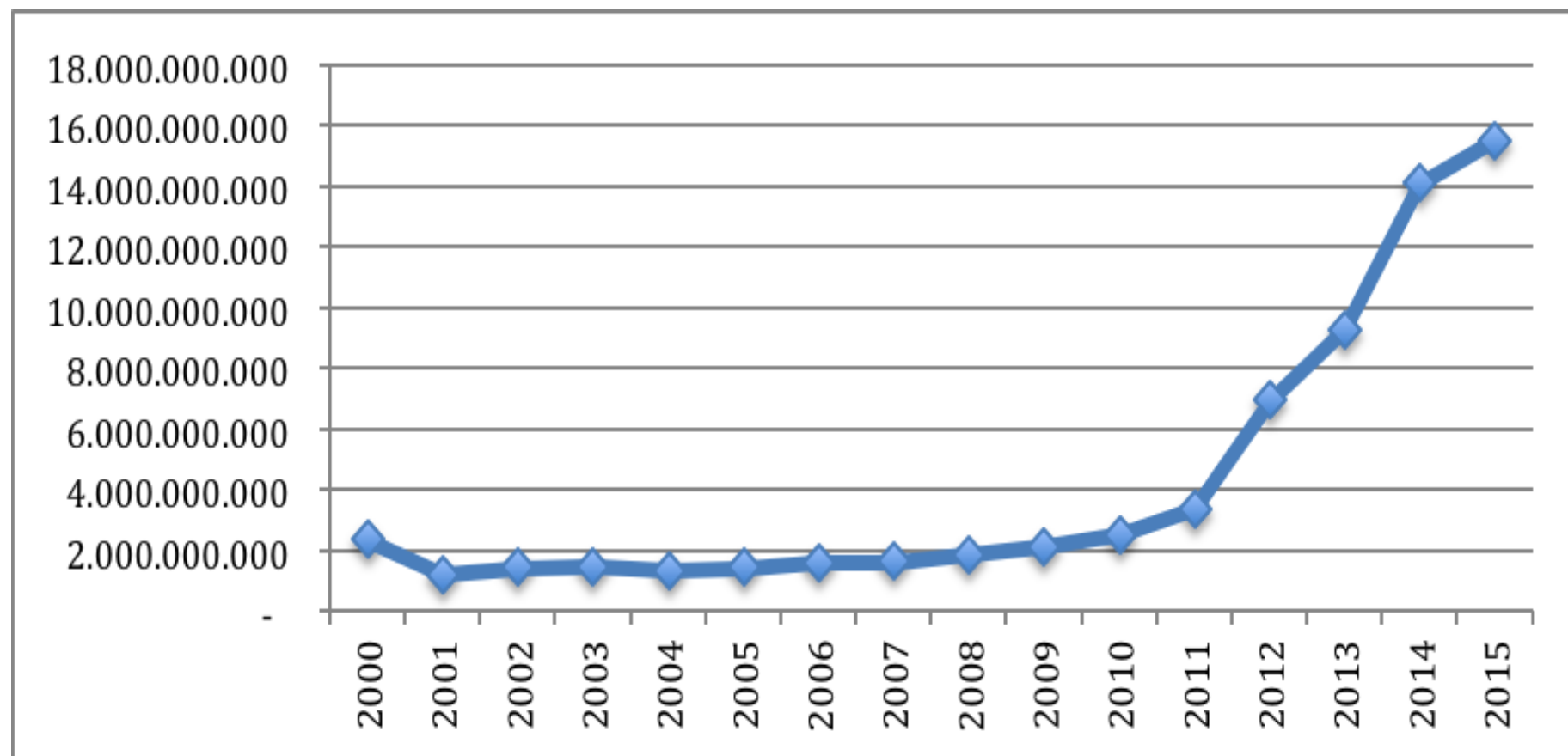
Tabela 22 – Benefícios Financeiros e Creditícios dos setores agropecuários, produtivo e social (2012-2014)

FUNDOSE PROGRAMAS	2012	2013	2014
SETOR PRODUTIVO			
Fundos Constitucionais de Financiamento-FNE, FNO e FCO	7.933.379.000	8.240.990.000	9.927.086.000
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	-	-	-
Fundo da Marinha Mercante	(239.863.000)	3.592.221.000	2.035.608.000
Programa de Estímulos à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional-PROER	2.227.524.000	17.373.362.000	599.072.000
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade-FGPC	(13.045.000)	(26.141.000)	22.444.000
Fundo de Garantia à Exportação-FGE	354.601.000	(425.383.000)	(274.842.000)
Financiamentos Destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Revitaliza)	57.311.000	6.865.000	2.844.000
Programa de Financiamento às Exportações-PROEX	864.005.000	652.273.000	1.027.149.000
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste-FDNE	321.052.000	1.648.704.000	628.682.000
Fundo de Financiamento da Amazônia-FDA	70.964.000	344.818.000	(162.242.000)
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste-FDCO	-	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	364.308.000	997.667.000	-
Empréstimo da União ao BNDES	12.343.318.000	10.629.385.000	21.266.892.000
Programa de Sustentação do Investimento-PSI	751.661.000	121.859.000	110.745.000
Fonte: (BRASIL.MF, 2016)			

Tabela 22 – Benefícios Financeiros e Creditícios dos setores agropecuários, produtivo e social (2012-2014)

FUNDOSE PROGRAMAS	2012	2013	2014
SOCIAIS			
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização-FRD	10.334.000	2.715.000	34.415.000
Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT	10.597.112.000	12.512.172.000	4.718.769.000
Fundo de Compensação das Variações Salariais-FCVS	670.416.000	13.390.000	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	297.368.000	266.760.000	19.555.000
Fundo de Financiamento Estudantil	520.062.000	590.693.000	1.839.602.000
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte de Gás Natural	-	-	-
Subvenção a Consumidores de energia Elétrica de Baixa Renda	1.597.181.000	1.999.041.000	2.277.529.000
Subvenção Econômica Preço de Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras	1.692.000	5.002.000	5.108.000
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência-Viver sem Limite-PCD	13.000	484.000.000	834.000
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado -Programa Crescer	227.206.000	477.439	367.304.000
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular	-	-	-
TOTAL GERAL	44.636.393.000	63.025.751.439	47.979.036.000
Fonte: (BRASIL.MF, 2016)			

Gráfico 28 - Recursos financeiros totais associados ao FIES



Fonte: (BRASIL.CÂMARA, 2016)

Dívida Pública Interna e Externa

Tabela 71 – O total do pagamento de juros, encargos e amortização da dívida como percentual do PIB

Ano	Juros e Encargos	Amortização	Total	% do PIB
2.002	132.640.040.187	165.525.039.896	298.165.080.082	8,3
2.003	137.483.009.524	166.449.955.192	303.932.964.717	8,5
2.006	266.472.961.447	213.192.392.131	479.665.353.578	11,3
2.007	238.671.742.466	165.156.707.165	403.828.449.631	8,7
2.010	178.856.290.210	205.418.435.055	384.274.725.264	6,8
2.011	179.645.198.217	134.225.830.897	313.871.029.114	5,2
2.014	196.079.878.174	219.563.081.518	415.642.959.692	6,3

Fonte: (BRASIL.STN, 2016a)

Tabela 72 – O valor total de refinanciamento da dívida como percentual do PIB

Ano	Refinanciamento	% do PIB
2002	566.056.006.050	15,8
2003	801.573.829.637	22,3
2006	664.336.990.588	15,6
2007	637.510.154.714	13,8
2010	545.585.097.990	9,6
2011	656.762.110.586	11,0
2014	709.980.952.144	10,8

Fonte: (BRASIL.STN, 2016a)

Note-se que se **o pagamento de juros, encargos e amortização estivesse limitado a 5,5% do PIB**, por exemplo, no ano de 2014 poderiam ser deslocados recursos financeiros equivalentes a **0,8% do PIB** para o setor educacional brasileiro. É claro que esta providência elevaria o grau de **refinanciamento da dívida** no ano de 2014 de **10,8% para 11,6% do PIB**, o que não seria nada tão drástico, uma vez que em 2003 atingiu 22,3% do PIB, 15,8% em 2002 e 15,6% do PIB em 2006, como mostra a tabela 72. (BRASIL.STN, 2016)

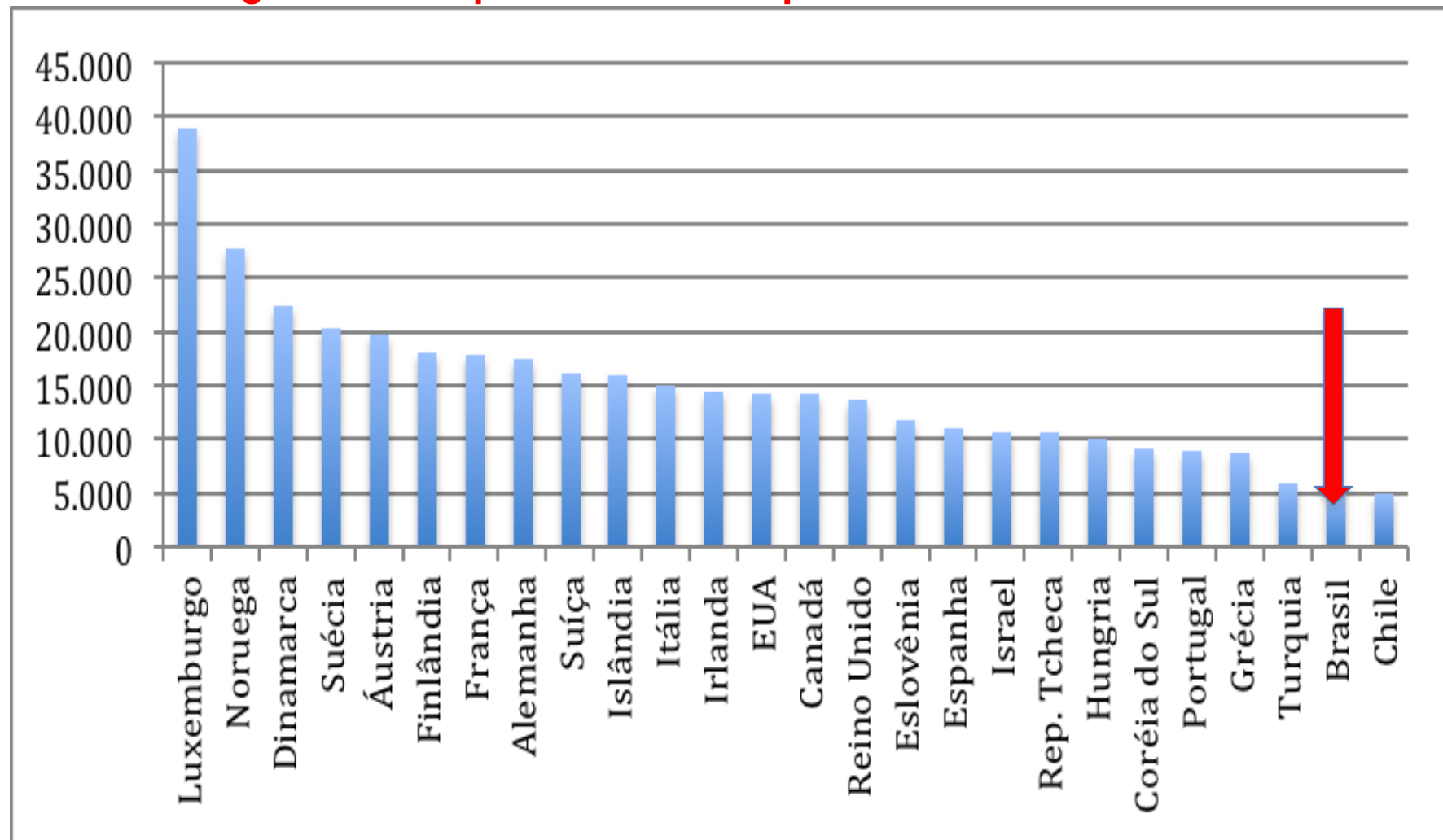
Elevação da Carga Tributária

É POSSÍVEL?

Tabela 77 - Carga tributária por habitante em países da OCDE e Brasil

País	Carga Tributaria (% do PIB)	PIB (US\$/PPP)	Valor da Carga (US\$/PPP)	População do País	Carga Tributária/Habitante (US\$/PPP)
Luxemburgo	39,3	56,6	22,24	570.252	39.007
Noruega	40,8	352,8	143,94	5.207.689	27.640
Dinamarca	48,6	257,1	124,95	5.581.503	22.387
Suécia	42,8	467,4	200,05	9.801.616	20.410
Áustria	42,5	403,8	171,62	8.665.550	19.804
Finlândia	44,0	224,7	98,87	5.476.922	18.052
França	45,0	2.647,0	1.191,15	66.553.766	17.898
Alemanha	36,7	3.842,0	1.410,01	80.854.408	17.439
Suíça	27,1	482,7	130,81	8.121.830	16.106
Islândia	35,5	15,0	5,33	331.918	16.043
Itália	42,6	2.174,0	926,12	61.855.120	14.972
Irlanda	28,3	250,3	70,83	4.892.305	14.479
EUA	25,4	17.970,0	4.564,38	321.368.864	14.203
Canadá	30,6	1.628,0	498,17	35.099.836	14.193
Reino Unido	32,9	2.660,0	875,14	64.088.222	13.655
Eslovênia	36,8	63,6	23,40	1.983.412	11.800
Espanha	32,6	1.636,0	533,34	48.146.134	11.077
Israel	30,5	281,8	85,95	8.049.314	10.678
Rep. Tcheca	34,1	331,4	113,01	10.644.842	10.616
Hungria	38,9	257,0	99,97	9.897.541	10.101
Coréia do Sul	24,3	1.849,0	449,31	49.115.196	9.148
Portugal	33,4	288,6	96,39	10.825.309	8.904
Grécia	33,5	281,6	94,34	10.775.643	8.755
Turquia	29,3	1.576,0	461,77	79.414.269	5.815
Brasil	33,7	3.166,0	1.066,94	202.768.562	5.262
Chile	20,2	424,3	85,71	17.508.260	4.895
Fonte: (BRASIL.MF, 2016), (EUA.CIA., 2016) e cálculos deste estudo					

Gráfico 38 Carga tributária por habitante em países da OCDE e Brasil



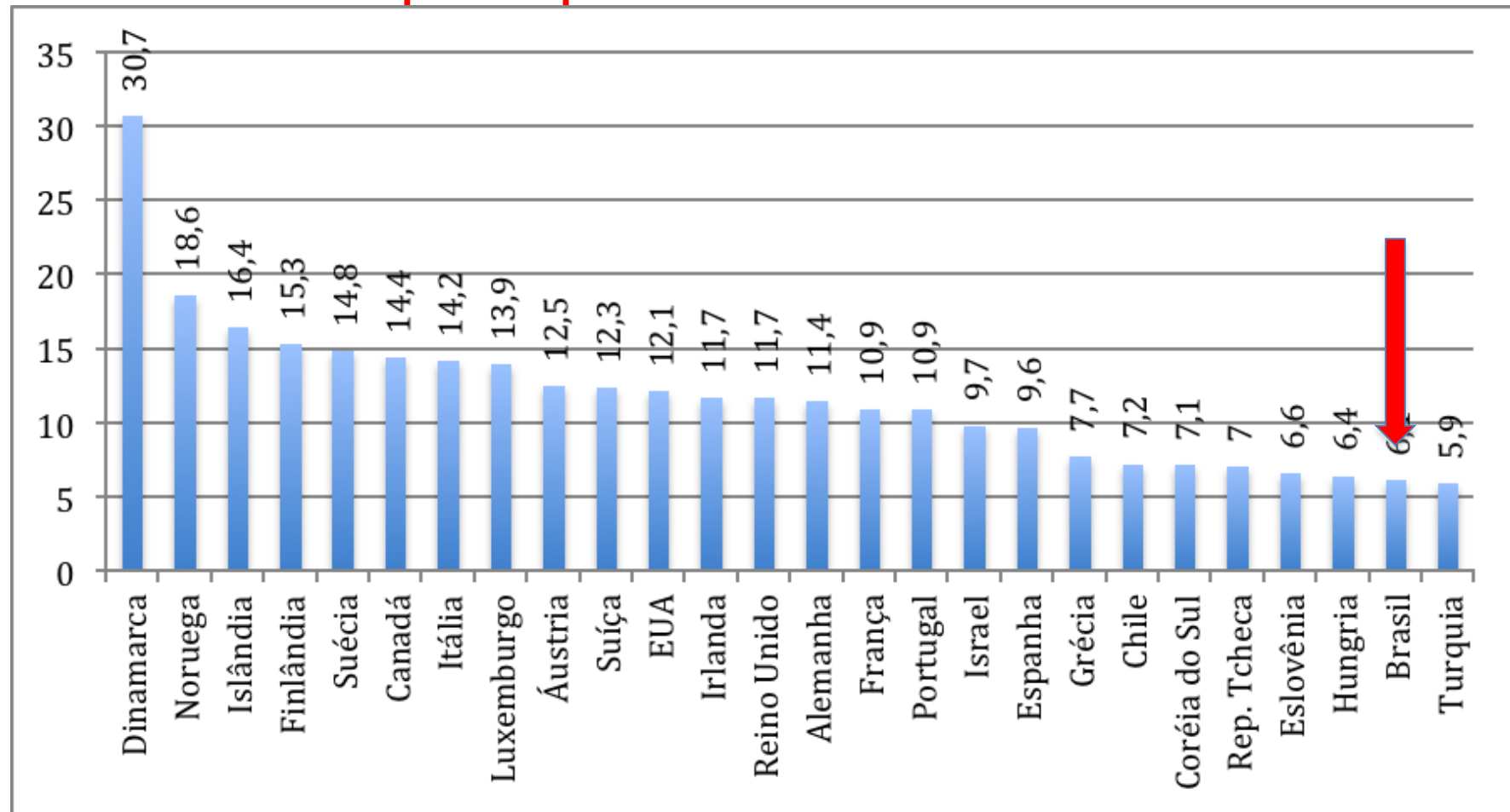
Fonte: (BRASIL.MF, 2016), (EUA.CIA., 2016) e cálculos deste estudo

O **Brasil** com um PIB de **US\$ 3.166,00 bilhões** e uma população de **202.768.562** habitantes arrecada, em média, o equivalente a **US\$/PPP 5.262,00** por habitante; os **EUA**, com um PIB de **US\$/PPP 17.970,00 bilhões** e **321.368.864** habitantes arrecada, em média **US\$/PPP 14.203,00** por habitante e, por isso, é este país e não o Brasil que tem condições de oferecer educação, saúde, saneamento, segurança etc. em melhores condições para a sua população.

Ministério da Fazenda analisou, ainda, as cargas tributárias desses países nas seguintes vertentes:

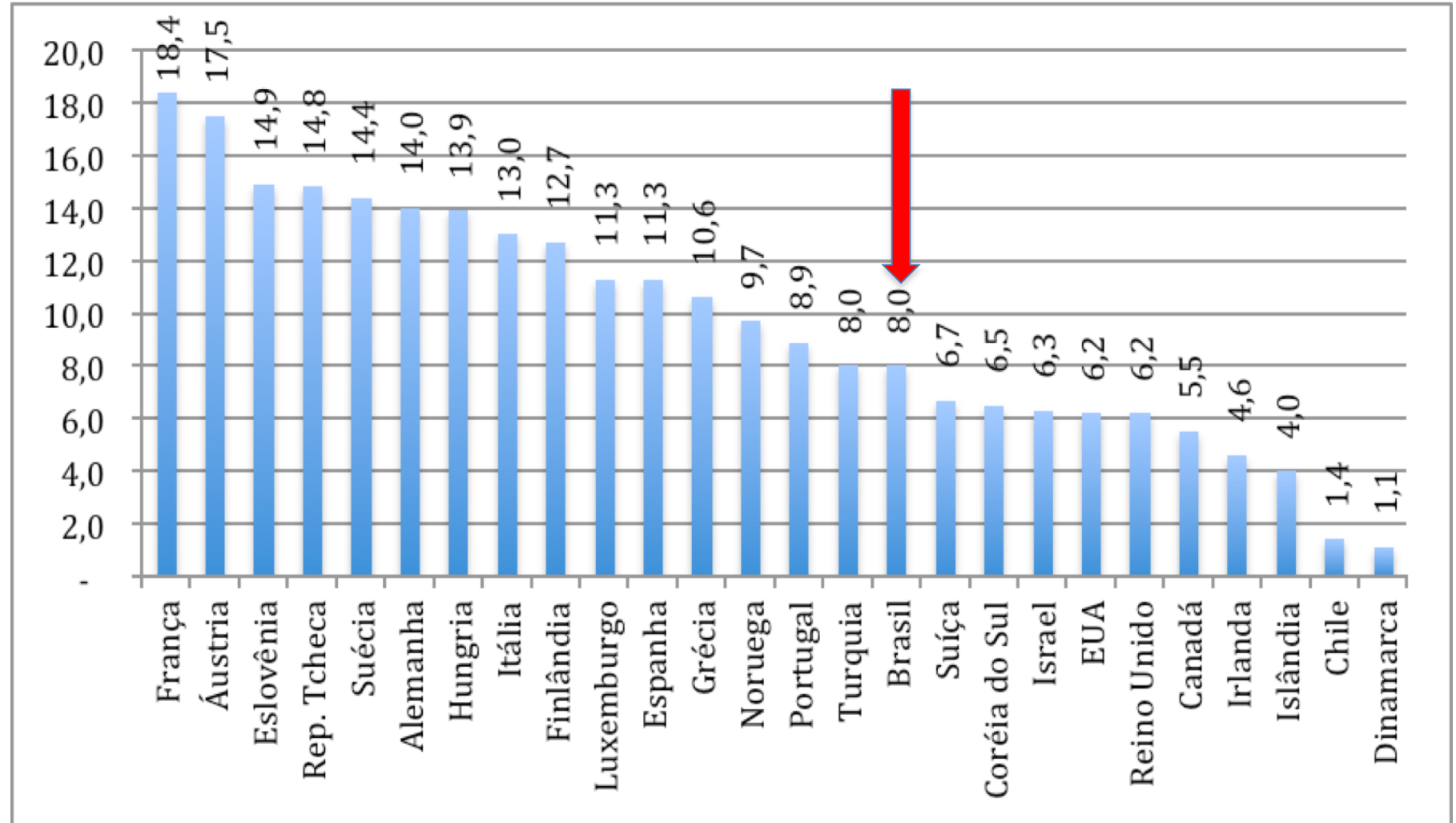
- **Sobre a Renda, Lucro e Ganho de Capital**
- **Sobre a Folha de Salários (Inclui Previdência)**
- **Sobre a Propriedade**
- **Sobre Bens e Serviços**

Gráfico 39 - Percentuais da arrecadação em relação ao PIB, associados à Renda, Lucro e Ganho de Capital em países da OCDE e Brasil



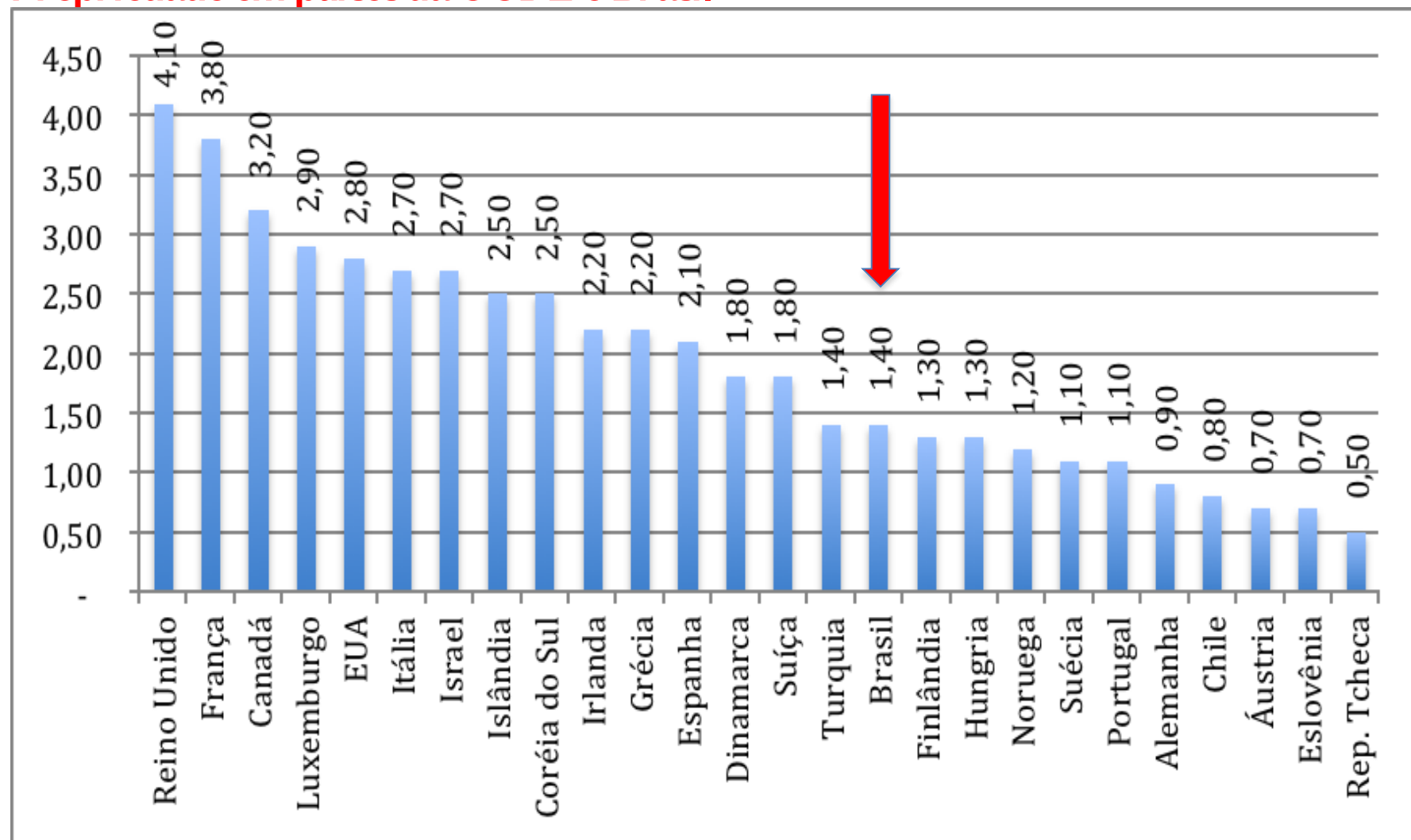
Fonte: (BRASIL.MF, 2016)

Gráfico 40 - Percentuais da arrecadação em relação ao PIB, associados à Folha de Salários em países da OCDE e Brasil



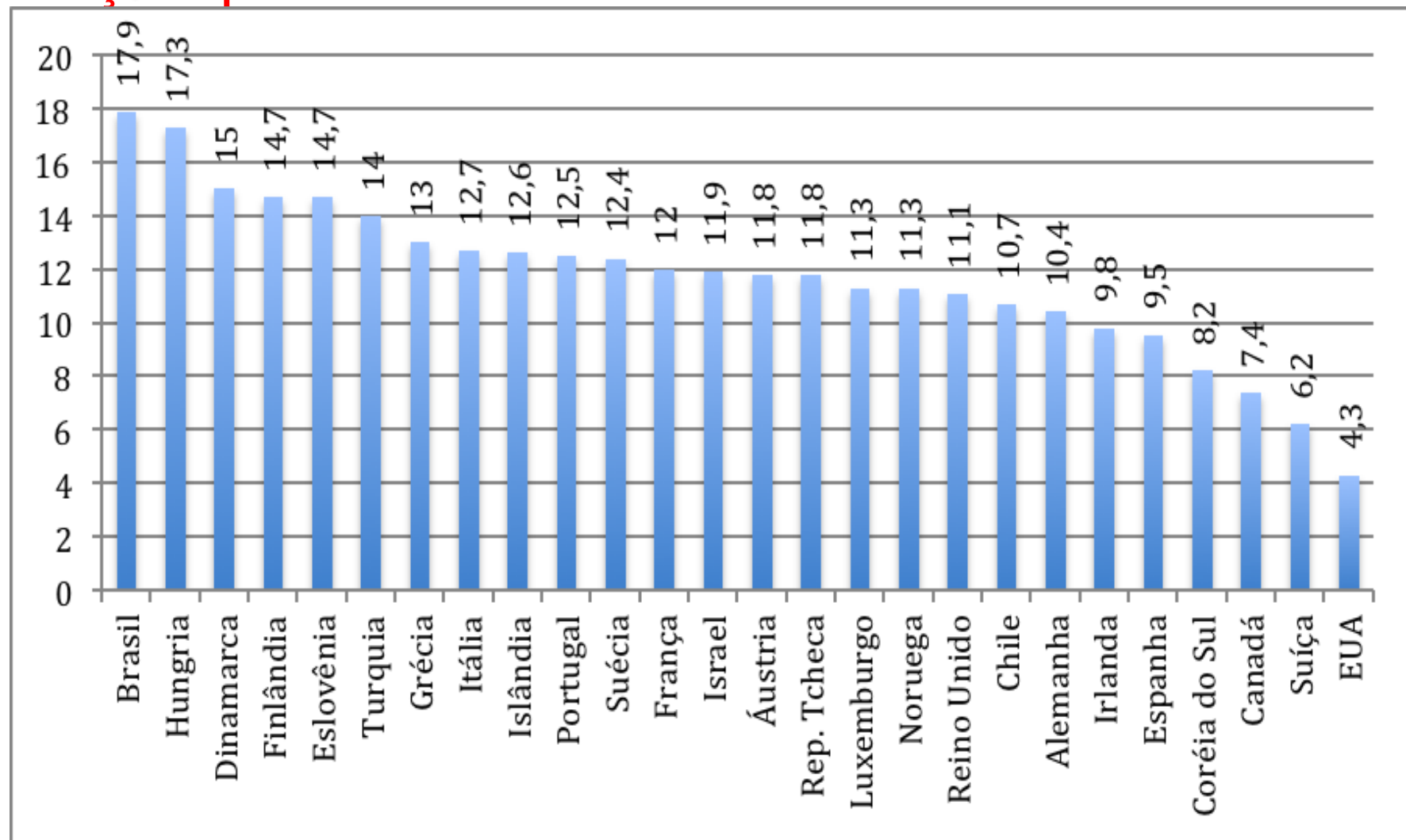
Fonte: (BRASIL.MF, 2016)

Gráfico 41 - Percentuais da arrecadação em relação ao PIB, associados à Propriedade em países da OCDE e Brasil



Fonte: (BRASIL.MF, 2016)

Gráfico 42 - Percentuais da arrecadação em relação ao PIB, associados à Bens e Serviços em países da OCDE e Brasil



Fonte: (BRASIL.MF, 2016)

Pode-se afirmar, portanto, que **o Brasil tem riqueza e condições para**, pelo menos temporariamente, **eleva** a sua carga tributária e conseguir **atingir o que determina a Meta 20 do PNE (2014-2024)**, que é alcançar **o equivalente a 10% do PIB no volume de recursos públicos aplicados em educação.**

Referências

- BRASIL.CAMARA. Execução Orçamentária da União 1995-2014. Disponível em: <<http://www2.camar.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/loa>>. Acesso em: 30 nov. 2015.
- BRASIL.CÂMARA. Setor Mineral: rumo a um novo marco legal. Série – Cadernos de Altos Estudos n. 8. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília, 2011. Disponível em: <www2.camara.leg.br/a-camara/altosestudios/arquivos/setor-mineral-rumo-a-um-novo-marco-legal/setor-mineral-rumo-a-um-novo-marco-legal>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- BRASIL.CGU. Relatório de Auditoria Anual de Contas No. 201406282 – SETEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16416-setec-relatorio-de-auditoria-certificado-e-parecer-exercicio-2013&category_slug=setembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- BRASIL.CONFAZ/MF. Boletim do ICMS e demais impostos estaduais. Disponível em: <www1.fazenda.gov.br/confaz/boletim/Valores.asp>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- BRASIL.IPEA. Produto Interno Bruto. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2016.
- BRASIL.MF. Arrecadação dos Impostos Federais. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/2009/default.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2015.
- BRASIL.MF. Benefícios Financeiros e Creditício. Disponível em: <[www.spe.fazenda.gov.be/politica-fiscal-e-tributaria/beneficios-finaceiros-e-crediticios](http://www.spe.fazenda.gov.br/politica-fiscal-e-tributaria/beneficios-finaceiros-e-crediticios)>. Acesso em: 01 mai. 2016.

BRASIL.PORTARIA No 379 de 13 de novembro de 2006. O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e, Considerando o disposto no art. 165, § 6º da Constituição Federal, que determina a elaboração de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Disponível em: <<http://fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/2006/portaria379>>.

Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL.RF/MF. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária – (Gastos Tributários) – PLOA 1997-2014. Disponível em:

<idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2014>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BRASIL.RF/MF. Arrecadação de Contribuições destinadas aos serviços sociais autônomos.

Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao-de-contribuicoes-destinadas-aos-servicos-sociais-autonomos/repasse-2015/arrecadacao-acumulada-jan-a-dez.pdf/view>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL.STN. Finbra – Finanças Municipais. Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/finbra-financas-municipais>. Acesso em: 20 mar. 2016.

EUA.CIA. The World Factbook. Disponível em: < https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/region/region_soa.html >, Central Intelligence Agency. Acesso em: 14/fev./2016.

OCDE. Tax Expenditures in OECD Countries. Disponível em

<<http://www.oecd.org/gov/budgeting/taxexpendituresinoecdcountries-oecdpublication.htm>>.

Acesso em: 28 abr. 2016.

BRASIL.STN. Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2002-2014. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br/-/relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria.

Acesso em: 20 abr. 2016a.

PELLEGRINI, J. A. Gastos Tributários: Conceitos, Experiência Internacional e o Caso do Brasil. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Outubro/2014.

(Texto para Discussão Nº 159). Disponível em:

<<http://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td159>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

TRIGUEROS, M. P. Tax Expenditures in Latin America – 2008-2012. Disponível em:

<<http://www.ciat.org/index.php/en/products-and-services/ciatdata/tax-expenditures.html>>. Acesso em: 27 abr. 2016.